



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

NEILA CELIA SOARES

**A ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO ÂMBITO DAS
INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR:
EM FOCO OS RELATÓRIOS FINAIS DA ASSESSORIA DE
ESTATÍSTICA DO CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA**

NEILA CELIA SOARES

**A ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO ÂMBITO DAS
INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR:
EM FOCO OS RELATÓRIOS FINAIS DA ASSESSORIA DE
ESTATÍSTICA DO CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Gestão da Informação - Mestrado Profissional da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial a obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof^a Dr^a Rosane Suely Álvares Lunardelli

Londrina
2012

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

S676o Soares, Neila Celia

A organização da informação no âmbito das instituições de ensino superior: em foco os relatórios finais da assessoria de estatística do centro de ciências exatas da universidade estadual de londrina / Neila Célia Soares. – Londrina, 2012.
83 f.: il.

Orientador: Rosane Suely Álvares Lunardelli.

Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão da Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação, 2012.

Inclui bibliografia.

1. Gestão da informação – Teses. 2. Universidades e faculdades – Organização da Informação – Teses. 3. Relatórios técnicos – Linguagem documentária – Teses. I. Lunardelli, Rosane Suely Alvares. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação. III. Título.

CDU: 025.4

NEILA CELIA SOARES

**A ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO ÂMBITO DAS
INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR:
EM FOCO OS RELATÓRIOS FINAIS DA ASSESSORIA DE
ESTATÍSTICA DO CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Gestão da Informação - Mestrado Profissional da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial a obtenção do título de mestre, pela seguinte banca examinadora:

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Rosane Suely Álvares Lunardelli
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Dr. José Carlos Dalmas
Universidade Estadual de Londrina

Prof^a. Dr^a. Maria Elisabete Catarino
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, 06 de julho de 2012.

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, aos meus pais, irmãos, filho e neto, ao cantinho do Pai João de Aruanda e a todos de sua amada casa, em memória de Devailton Dias da Silva (a quem amei, lutei, porém, fui vencida), aos meus desafetos que me impulsionaram a chegar até aqui, aos meus amigos e colegas de trabalho e a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Professora Doutora Rosane Suely Álvares Lunardelli a quem tenho grande admiração, não só pelas constantes orientações e dedicação a este trabalho, por seus ensinamentos, mas, sobretudo pela sua amizade, força e confiança.

Aos professores membros da banca, pela disponibilidade em doarem seu tempo na importante contribuição a este trabalho.

À Magnífica Reitora da Universidade Estadual de Londrina, Professora Doutora Nádina Aparecida Moreno, por seu apoio a mais esta etapa da minha vida.

À Magnífica Vice-Reitora, Professora Doutora Berenice Quinzani Jordão.

Ao Pró-Reitor de Recursos Humanos Professor Ms. Luís Fernando Pinto Dias, pelo seu empenho e altruísmo.

Aos Professores Doutores José Paulo Peccinini Pinese e Sueli Mayuni Obara Doi, por acreditarem na minha capacidade e me concederem a oportunidade de acompanhar seus trabalhos no Centro de Ciência Exatas da Universidade Estadual de Londrina.

Ao Departamento de Estatística do CCE/UEL, em especial aos professores, Dra. Jacinta Ludovico Zamboti e Dr. José Carlos Dalmas.

A Pró-Reitoria de Extensão com destaque aos funcionários da Divisão de Projetos.

A todos os Docentes e funcionários do CECA/UEL que colaboraram de uma forma ou de outra para a realização deste curso.

A todos os colegas e funcionários da UEL que de uma forma ou de outra contribuíram para o cumprimento das metas exigidas pelo curso, especialmente aos colegas da Secretaria de Pós-Graduação do Centro de Ciências Exatas (SPG/CCE).

Um dia, ao abrir meus e-mails, deparei-me com um especial, que fez me refletir, e encaixou-se perfeitamente nos últimos meses, até então, por mim percorridos, esse e-mail, me foi enviado pelo Doutor Luiz Victor Val Myszkowski, um grande colega por quem tenho admiração e respeito, esse e-mail, o qual transcrevo a seguir, foi intitulado de “Vida”,

VIDA

“Já perdoei erros quase imperdoáveis,
tentei substituir pessoas insubstituíveis
e esquecer pessoas inesquecíveis”.

Já fiz coisas por impulso,
Já me decepcionei com pessoas quando nunca pensei me decepcionar,
mas também decepcionei alguém.

Já abracei pra proteger;
Já dei risada quando não podia;
Já fiz amigos eternos;
Já amei e fui amado,
mas também já fui rejeitado,
Já fui amado e não soube amar.
Já gritei e pulei de tanta felicidade,
já vivi de amor e fiz juras eternas,
mas "quebrei a cara"
muitas vezes!

Já chorei ouvindo música e vendo fotos,
Já liguei só pra escutar uma voz,
Já me apaixonei por um sorriso,
Já pensei que fosse morrer
de tanta saudade e...

...tive medo de perder alguém especial
(e acabei perdendo)! Mas sobrevivi!
E ainda vivo!

Não passo pela vida...
e você também não deveria passar.

Viva!!!

Bom mesmo é ir à luta com determinação,
abraçar a vida e viver com paixão,
perder com classe e vencer com ousadia,
porque o mundo pertence a quem se atreve e
“A vida é muito para ser insignificante”

Charles Chaplin

“Há pessoas que transformam o sol em uma manhã amarela, mas há aquelas que fazem de uma simples manhã amarela o próprio sol.”

Pablo Picasso

SOARES, Neila Celia. **A organização da informação no âmbito das instituições de ensino superior**: em foco os relatórios finais da assessoria de estatística do Centro de Ciências Exatas da Universidade Estadual de Londrina. 2012. 83 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão da Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

RESUMO

Os relatórios Técnico-Científicos gerados a partir de projetos executados nos diversos espaços institucionais, caracterizam-se como fontes de informações de considerável relevância, quer seja para fins imediatos, quer seja para a preservação da memória. Em que pese a importância desses relatórios para a sociedade contemporânea, evidencia-se a escassez de estudos a respeito. De acordo com essa premissa, torna-se objeto de investigação do projeto em tela, os Relatórios Finais do Projeto de extensão de Assessoria Estatística do Departamento de Estatística do Centro de Ciências Exatas da Universidade Estadual de Londrina. Como enfoque direcionador, esses documentos foram analisados à luz da Ciência da Informação e mais especificamente a subárea Organização e Representação da Informação. Como objetivo principal buscou-se nos pressupostos da Área anteriormente mencionada, critérios para a elaboração dos relatórios. Para tanto, foram pesquisados os fundamentos teóricos e metodológicos a respeito da Ciência da Informação e sua subárea Organização e Representação da Informação, bem como trabalhos a respeito dos relatórios. A metodologia empregada foi a da pesquisa bibliográfica aliada à documental. Os resultados obtidos confirmaram a hipótese inicial de que os procedimentos consagrados pela Análise Documentária contribuem efetivamente para a elaboração de um roteiro voltado à produção dos relatórios Técnico-Científicos. De acordo com esse contexto, espera-se contribuir para a melhoria desses valiosos documentos.

Palavras-chave: Organização e representação da informação. Ciência da informação. Relatório Técnico-Científico.

SOARES, Neila Celia. **The organization of information in Institutions of higher education:** in focus the final reports of statistical consulting of the State University of Londrina Exact Sciences Center. 2012. 83 f. Dissertation (Professional Masters in Information Management) State University of Londrina, Londrina, 2012.

ABSTRACT

Technical and scientific reports generated from projects executed in various institutional spaces are characterized as sources of information of considerable relevance, whether for immediate purposes, whether for the preservation of memory. Despite the importance of these reports to contemporary society, there is a lack of studies on them. According to this premise, this study has as object of investigation the Final Reports of the Extension Project of Advisory Statistics from the State University of Londrina Exact Sciences Center Department of Statistics. As driver approach, these documents were analyzed in the light of Information Science and more specifically the subfield: Organization and Representation of Information. As the main objective we sought for criteria for the reports elaboration in the assumptions of the area previously mentioned. For this purpose, it was investigated the theoretical and methodological framework related to the Information Science and its subfield: Organization and Representation of Information, as well as works on the reports. The methodology used was bibliographical and documental research. The results confirmed the initial hypothesis that the procedures established by the Documentary Analysis effectively contribute to the development of a guide aimed at the production of technical and scientific reports. According to this context, we hope to contribute to the improvement of these valuable documents.

Key words: Organization and representation of information. Information science. Technical and scientific report

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas.
CCA	Centro de Ciências Agrárias.
CCB	Centro de Ciências Biológicas.
CCE	Centro de Ciências Exatas.
CCS	Centro de Ciências da Saúde.
CECA	Centro de Educação, Comunicação e Artes.
CEFE	Centro de Educação Física e Esporte
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CESA	Centro de Estudos Sociais Aplicados
CLCH	Centro de Letras e Ciências Humanas
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
CTU	Centro de Tecnologia e Urbanismo
DSTA	Departamento de Estatística.
NBR	Norma Brasileira
SPG	Secretaria de Pós-Graduação
UEL	Universidade Estadual de Londrina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	17
2.1.1 Organização da Informação	19
2.1.1.1 Análise documentária	24
2.2 RELATÓRIO TÉCNICO-CIENTÍFICO	28
2.3 A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NOS RELATÓRIOS TÉCNICO- CIENTÍFICOS	32
3 PERCURSO METODOLÓGICO	35
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS/DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA	36
4 ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	39
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	44
ANEXOS	49
ANEXO A - Quadro 2 - Categorias para representação do conteúdo das imagens	50
ANEXO B - Relatório Final do Projeto de Extensão	51
ANEXO C - RESOLUÇÃO CEPE Nº 274/2005	67

1 INTRODUÇÃO

No hodierno em que se vive, o acesso à informação correta e atualizada está no primeiro nível de importância dentro do sistema de informação.

Segundo McGarry (1999, p. 11) “A informação deve ser ordenada, estruturada ou contida de alguma forma, senão permanecerá amorfa e inutilizável”, ou seja, a informação necessita de estrutura e organização para não se perder dentro de seu próprio contexto ou deixar de ser útil.

De forma consensual, alguns dicionários como Ferreira (2004), Machado (1990), Saraiva (1924), apresentam que o termo informação vem do latim, *Informatio, Informatione*, os quais possuem os significados de modelar, dar forma, formar, representar idealmente, formar no espírito, delinear, esboçar, instruir, educar, entre outros.

Dubois *et al.* (2006, p.340) argumentam que:

No sentido que dá a este termo a teoria da informação, a *informação* é a significação que se atribui a dados com a ajuda das convenções empregadas para representá-los, esse termo designa, portanto tecnicamente falando, tudo o que se pode colocar, de alguma forma, sob uma forma codificada. Para os teóricos da comunicação, o termo de informação – ou “mensagem” – designa uma sequência de sinais que correspondem a regras de combinação precisas, transmitida entre suporte físico à transmissão dos sinais. Para a teoria da comunicação, o sentido dessa sequência e de sinais codificados não é considerado como um elemento pertinente.

Valentim (2008) caracteriza a informação como matéria prima para qualquer fazer, nos âmbitos acadêmico ou industrial. Nesse sentido, vale lembrar que para o desenvolvimento de uma sociedade há a necessidade de conteúdos informacionais, os quais, uma vez processados e disponibilizados aos que deles necessitam, proporcionam desempenho eficiente. Seguindo esse raciocínio, Valentim ainda ressalta o papel da Gestão da Informação ao afirmar que ela:

Têm se constituído em pilares fundamentais para qualquer tipo de organização, uma vez que a informação e o conhecimento passam a ser ativos organizacionais extremamente importantes. A informação considerada insumo para a construção de conhecimento necessita de ações específicas que deem conta de todas as atividades inerentes a esse processo de gestão, cujo impacto no ambiente organizacional é significativo para o seu desenvolvimento. (VALENTIM, 2008, p.2).

Robredo (2003), caracteriza a informação como sendo uma propriedade fundamental do Universo, tal qual a energia. Argumenta que a informação possui realidade própria, podendo ser gerada, redescoberta ou extraída dos conhecimentos humanos existentes, bem como de diversos suportes de registros informacionais, ou ainda, de percepções, sensações e estímulos externos. Ressalta que após sua codificação, ela pode ser armazenada, preservada, reproduzida, transmitida, processada, organizada e recuperada. Em outras palavras, para que haja o acesso à informação demandada em tempo hábil, necessita-se que essa informação esteja devidamente organizada.

Segundo Chowdhury e Chowdhury (2007, p.3) “Por intermédio da organização geramos uma ordem de itens, ou organizamos itens em um sistema dando condições de encontrá-los e recuperá-los quando e como necessitarmos sem maiores dificuldades”. (tradução nossa).

Nesse sentido, a Ciência da Informação tem assumido um papel central no que diz respeito ao acesso e aquisição da informação e conseqüentemente na construção do conhecimento.

Para o CNPq (1983, p.52) a Ciência da Informação:

[...] designa o campo mais amplo, de propósitos investigativos e analíticos, interdisciplinar por natureza, que tem por objetivo o estudo dos fenômenos ligados à produção, organização, difusão e utilização da informação em todos os campos do saber.

Saracevic (1996, p.47) corrobora ao afirmar que a Ciência da Informação institui-se em:

[...] um campo dedicado a questões científicas e a prática profissional, voltadas para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de registros de conhecimento entre seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação. No tratamento destas questões são consideradas de particular interesse as vantagens das modernas tecnologias informacionais.

Oliveira (2005) expõe que a Ciência da Informação no Brasil teve um desenvolvimento maior em relação aos países centrais, decorrente de sua ligação estreita com a Biblioteconomia, independentemente de suas estruturas distintas. O autor ainda afirma que o termo Ciência da Informação possui muitas definições que levam a visões distintas de autor para autor acerca do que seja um

processo de informação. Oliveira (2005, p. 18), esclarece que “na ótica da Ciência da Informação, o objeto ‘informação’ é uma representação” e acrescenta que assim como a Representação da Informação, “que já é uma representação do real, ela se torna uma representação de representação”, ou seja, metarrepresentação.

Nessa perspectiva, “a informação é um objeto complexo, flexível, mutável, de difícil apreensão”, e seu grau de valor, importância ou relevância está diretamente ligada ao seu uso e necessidade (OLIVEIRA, 2005, p.18).

Ao vislumbrar-se a Ciência da Informação por meio da ótica de uma área ou disciplina direcionada aos estudos de fenômenos subjacentes à produção, difusão e utilização da informação, é possível afirmar que seu estudo tem por objetivo a elaboração de instrumentos e metodologias que possibilitem, por intermédio da representação de um assunto ou conteúdo, a transferência ou o acesso às informações existentes a esse respeito.

Dentro desse contexto, a Organização da Informação, subárea da Ciência da Informação, tem sido tema de constantes discussões no mundo globalizado, decorrente das mudanças de paradigmas acerca da posse da informação, sendo também tema de exploração dentro de literaturas nacionais e estrangeiras.

Guimarães, Milani e Pinho (2008), caracterizam a Organização e Representação da Informação como sendo atividades centrais da Ciência da Informação, em virtude de seu caráter mediador entre a produção e o uso da informação registrada.

Baseado nessas premissas torna-se evidente que a Ciência da Informação tem por função principal a comunicação ou mediação entre o texto e o leitor, favorecendo a criação de condições para a sua realização.

Novellino (1996) vê essa comunicação concretizar-se na transferência da informação, podendo ser abordada sob o ponto de vista da Recuperação da Informação ou privilegiando a Representação da Informação, na qual evidencia a Organização da Informação. Neste trabalho, é importante mencionar, interessa o segundo enfoque, ou seja, a representação da informação em uma determinada tipologia documental ou mais especificamente nos relatórios Técnico-Científicos.

No tocante à Representação da Informação, Novellino (1996, p.38), afirma que sua característica central é a substituição de uma entidade linguística

complexa e longa por sua sintetização, ou seja, sua forma abreviada. Essa condensação informacional, para a autora, não seria apenas uma estratégia para diminuir o volume de material a ser armazenado ou recuperado, mas também possibilitaria, “demonstrar a essência do documento”. Nesse contexto, a autora vê a “substituição, ou sumarização”, decorrente “não apenas da necessidade da diminuição do volume de material a ser armazenado e pesquisado, mas principalmente pela possibilidade de demonstrar, com poucas informações, o sentido do documento”. Nas palavras da autora (1996, p. 38), “ela [a sumarização] funciona então como um artifício para enfatizar o que é essencial no documento, considerando sua recuperação, sendo a solução ideal para organização e uso da informação”.

De acordo com o paradigma de valorização e socialização da informação, o Departamento de Estatística do Centro de Ciências Exatas (CCE) da Universidade Estadual de Londrina (UEL), criou um projeto de extensão com o intuito de assessorar a sociedade na aplicação de métodos estatísticos. Como forma de prestação de contas à Instituição e a própria comunidade, o Departamento elabora ao final de cada três anos, um documento denominado “Relatório Final” em que apresenta as ações realizadas.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) - NBR 10719, (1989, p.3), define o Relatório Técnico-Científico como sendo um “documento que relata formalmente os resultados ou progressos obtidos em investigações de pesquisa e desenvolvimento ou que descreva a situação de uma questão técnica-científica”. Sendo assim, trata-se de um instrumento que deve apresentar sistematicamente informações que norteiam o leitor, e principalmente, que traçam conclusões e façam recomendações acerca do conteúdo do documento.

Para Campelo e Campos (1988, p. 47), “Relatório Técnico é um documento que apresenta os resultados de uma pesquisa, ou os progressos obtidos por ela, incluindo, geralmente, conclusões e recomendações, e que é submetido à instituição para a qual o trabalho foi feito”. Ou seja, são produzidos geralmente por instituições de pesquisa, com estilo e métodos de publicações diversas.

Dada a relevância desse documento para a disseminação da informação gerada em diversos cenários atuais, surge a questão – problema – que norteia o desenvolvimento deste estudo, ou seja: em que medida a Ciência da Informação, e, mais especificamente a Organização e Representação da Informação

poderá contribuir para a elaboração dos Relatórios Finais no Departamento anteriormente mencionado?

Com o intuito de responder ao questionamento, este trabalho teve por Objetivo Geral, identificar procedimentos característicos da Organização da Informação que possam contribuir para a elaboração do conteúdo dos Relatórios Técnico-Científicos e conseqüentemente nos “Relatórios” do Projeto de Extensão da “Assessoria de Estatística” ofertado pelo Departamento de Estatística (DSTA) do Centro de Ciências Exatas (CCE) da Universidade Estadual de Londrina.

Como Objetivos Específicos foram propostos, buscar na literatura especializada, fundamentos teóricos e metodológicos a respeito da Ciência da Informação e sua subárea Organização e Representação da Informação; estabelecer relações entre os fundamentos da Área mencionada e a elaboração dos relatórios; apresentar uma proposta de metodologia para produção dos referidos relatórios baseada em pressupostos canonizados pela Ciência da Informação.

Como recursos metodológicos foi realizada pesquisa Bibliográfica em periódicos nacionais e internacionais, em livros, meio eletrônico e impresso, sem limite de período, na busca de embasamento teórico e suporte para novos conhecimentos, aliadas à pesquisa Documental propriamente dita nos “Relatórios Finais” produzidos nos últimos três anos.

Com relação à apresentação da Dissertação, um texto introdutório deu início ao trabalho com o intuito de contextualizar o leitor ao tema e apresentar sua problematização, objetivos e justificativas. O segundo item apresentou um referencial teórico que fundamentou o estudo ao abordar os temas: Ciência da Informação, Relatórios Técnico-Científicos e seus subtemas. O terceiro item descreveu os fundamentos metodológicos aplicados à pesquisa e o próximo, teceu as considerações finais. Em seguida apresentou-se a lista dos textos utilizados, ou seja, as referências citadas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O Referencial Teórico objetivou a contextualização dos temas abordados neste trabalho. Nesse sentido foram apresentadas questões relativas à Ciência da Informação e sua subárea Organização e Representação da Informação, e Representação da Informação nos Relatórios Técnico-Científicos.

2.1 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A Ciência da informação vista como uma área científica, tem por objetivos fornecer, por intermédio de seus pressupostos teóricos e metodológicos, as bases de sustentação dos fazeres dos profissionais da informação.

Segundo Silva (2008, p.8) a Ciência da Informação:

Nasceu no seio de uma sociedade multifacetada e complexa, é um campo constituído por multiplas inserções que fazem interfaces com outros campos e áreas do conhecimento; esses, por sua vez, são também perpassados por multiplicidades de fenômenos. É uma realidade complexa a exigir da Ciência da Informação um constante diálogo com essas outras áreas, o que coloca em evidência sua necessária aptidão para refletir, acatar, refutar, e mesmo gestar aportes avindos das áreas.

Para a autora acima mencionada, essas são particularidades que evidenciam claramente a natureza multifacetada da Ciência da Informação com reflexos que demonstraram não apenas a interdisciplinaridade da Ciência da Informação, mas também a transversalidade que ultimamente tem aportado de maneira incisiva nos fóruns que movimentam a área.

Também pode-se aferir à Ciência da Informação, fundamentos de estudos com critérios, princípios e métodos científicos da informação, bem como sua multidisciplinaridade.

Gómez (2000, sp.) afirma que:

A ciência da informação surge no horizonte de transformações das sociedades contemporâneas que passaram a considerar o conhecimento, a comunicação, os sistemas de significado e os usos da linguagem como objetos de pesquisa científica e domínios de intervenção tecnológica.

Esta citação remete a Le Coadic (1994) quando ele descreve que a Ciência da Informação tem por objetivo estudar as propriedades gerais da

informação, ou seja, estudar a análise dos processos de construção, comunicação e uso da informação, bem como a geração de produtos e sistemas que favoreçam a sua construção, comunicação, armazenamento e uso. O autor também enfatiza a característica multidisciplinar existente dentro da Ciência da Informação, dada a abrangência de novos campos de conhecimento que cooperam entre si.

Porém como a delimitação e o consenso do que seja informação não exista, optou-se por seguir McGarry (1984 apud ROBREDO 2003, p.10) quando afirma que:

Não há consenso entre especialistas sobre onde termina a informação e começa o conhecimento. Tanto o conhecimento como a informação estão incorporados na linguagem e ambos envolvem um dispositivo conceptual que não é derivado dos dados que recebemos do mundo dos fenômenos mas lhes é imposto. Em poucas palavras, cada indivíduo organiza o mundo de um modo único que torna muito difícil organizar o 'conhecimento público' em estruturas aceitáveis para todos. As actividades de informação não têm lugar vazio; elas afectam e são afectadas pelo seu contexto que inclui valores éticos, políticos, sociais e religiosos. A nova sociedade dá lugar a um conjunto de actividades no qual a informação é organizada numa estrutura de assuntos representada numa linguagem ou em linguas e registrada numa literatura.

Le Coadic (2004, p.25) afirma que a Ciência da Informação, "[...] tem por objetivo o estudo das propriedades gerais da informação (natureza, gênese, efeitos), e a análise de seus processos de construção, comunicação e uso". O autor ainda faz alusão ao teor multidisciplinar da Ciência da Informação com destaque para os aportes dos estudos da matemática, física, ciências sociais e humanas. Para ele os elementos dessa estrutura, são conseguintes, os livros e outras formas documentais, e, que cabe às pessoas o recolhimento, a organização e a disseminação dessas informações, bem como o estudo das peculiaridades nelas contidas, assim como a forma de sua produção e tratamento para a acessibilidade eficiente e eficaz.

Na perspectiva de Saracevic (1996) existem três características que teoricamente definiriam a essência e o desenvolvimento da Ciência da Informação, que são a sua interdisciplinaridade, a estreita relação com as Tecnologias de Informação e sua dimensão social e humana, favorecendo assim um melhor entendimento do passado, presente e futuro da Ciência da Informação, bem como de seus problemas e questões enfrentadas. Para o autor, a variedade com relação à formação dos estudiosos da Ciência da Informação é que corrobora para sua

interdisciplinaridade, tendo como participantes profissionais das áreas de biblioteconomia, engenharia, linguistas, químicos, filósofos, cientistas da computação, entre outros.

Ainda segundo Saracevic, é essa multidisciplinaridade que amplia a atuação da Área e propicia seus vários enfoques. No que tange a esses enfoques, existem linhas de estudo que contribuem para a instituição da Ciência da Informação e dentre elas, a sua subárea cognominada de Organização da Informação.

2.1.1 Organização da informação

Segundo MacGarry (1999, p.111) “Não basta apenas ser capaz de armazenar informação fora do cérebro; ela deve ser armazenada de modo organizado para que se possa voltar a utilizá-la”.

Para Café e Sales (2010, p. 118), a Organização da Informação “[...] é um processo de arranjo de acervos tradicionais ou eletrônicos realizado por meio da descrição física e de conteúdo (assunto) de seus objetivos informacionais”. Nesse sentido, organizam-se e registram-se a informação dentro de um acervo com o objetivo de identificá-las, e, assim poder recuperar esses objetos informacionais independentes de seus suportes de registros (textos, imagens, registros sonoros, representações cartográficas ou em páginas da web).

Os autores acima (2010, p.120) apresentam que a Organização da informação é composta por duas dimensões:

[..] relativas ao tratamento da informação – a dimensão descritiva, voltada aos elementos relativos à forma dos documentos (como na catalogação descritiva) e a dimensão temática, voltada aos conteúdos informacionais (como na catalogação de assuntos, na classificação, na indexação e na análise documental).

Svenonius (2000) declara em sua obra que para organizar a informação, ela necessita ser descrita, e, que essa descrição apresente um enunciado de propriedades de um “objeto” ou das relações desse com outros que o identifiquem. Ou seja, uma unidade de informação organizável e registrada.

Para Bräscher e Café (2008, p.5) a Organização da Informação constitui-se em:

[...] um processo que envolve a descrição física e de conteúdo dos objetos informacionais. O produto desse processo descritivo é a **Representação da Informação**, entendida como um conjunto de elementos descritivos que representam os atributos de um objeto informacional específico.(grifo nosso).

Alves (2009, p. 29), complementa o raciocínio ao afirmar que “[...] em se tratando de documentos, a Organização da Informação procura ordená-los para torná-los disponíveis. O empenho para realizar esta tarefa se concentra em estabelecer procedimentos para localizar a informação.”

Marcondes (2001, p. 67) preconiza, em uma perspectiva da economia da informação que:

[...] a representação da informação deve situar-se entre dois extremos para economizar energia e assim realizar seu papel: ser suficientemente rica sob o aspecto cognitivo e, ao mesmo tempo, sintética para economizar a energia do usuário de maneira significativa.

Logo em seguida o autor reforça, ao afirmar que a representação e o texto original devem ser similares ao original “de modo a permitir a um usuário inferir o conteúdo do documento, de maneira a permitir-lhe decidir acerca da validade de obter e realizar a leitura do documento completo”.

Guimarães (2008, p. 77), considera que a Organização e Representação da Informação é atividade nuclear dentro da Ciência da Informação, devido seu caráter “mediador entre a produção e o uso da informação”, registrada e socializada. Dando continuidade à explanação, ressalta ainda que, na atualidade, evidencia-se o impacto que as Tecnologias da Informação e comunicação tem provocado em caráter de agilização nos processos, produtos e instrumentos, considerando-se inclusive os aspectos pertinentes ao desenvolvimento do próprio fazer, principalmente no que tange a incidência da ética.

Na perspectiva de Magro (1999), a Representação da Informação é um recurso explicativo contido nos fenômenos humanos, em especial, os passíveis de serem fraseados em termos cognitivos, podendo percorrer os fenômenos evolutivos, genéticos, imunológicos, neurológicos e até os psicológicos, cognitivos e linguísticos.

Bufrem e Pereira (2005) concebem a representação como sendo um processo de “reapresentação” da informação inscrita em um documento, cujos produtos seriam os resumos, palavras-chave e números de classificação.

Para Kobashi (1996, p. 11) a palavra representação, suscita noções diversas. Entretanto, segundo a autora:

[...] na Documentação, o termo ‘representação’ é um conceito pré-teórico, associado, de um lado, à descrição de aspectos que identifiquem materialmente os documentos (catalogação) e, de outro, ao processo e ao produto da condensação de conteúdos de textos, ou seja, à indexação e a elaboração de resumos (processos) e aos próprios índices e resumos (produtos).

Na esteira do pensamento da autora é possível representar-se por meio do enfoque descritivo ou temático. A representação descritiva enfoca os aspectos materiais dos documentos e baseia-se em regras de catalogação e descrição bibliográfica. Já a representação temática busca descrever o conteúdo dos documentos por meio da produção de resumos, palavras-chave, descritores e notações, permitindo assim, que esse conteúdo seja recuperado e compartilhado.

Maimone e Gracioso (2007, p. 2), entendem a representação temática como uma valiosa etapa no processo de apropriação de informação. Para eles:

[...] intrinsecamente aos processos organizacionais da informação encontra-se a representação temática da informação como parte integrante do processo de recuperação, sendo que é etapa fundamental para a confiabilidade e eficácia dos sistemas.

Segundo Tonello (2010, p.31), a representação temática:

[...] busca descrever o conteúdo dos documentos. Respalhada por técnicas e princípios da classificação e indexação, terá como produtos os resumos, palavras-chave, descritores e notações, permitindo assim, que esse conteúdo seja recuperado e compartilhado. O enfoque na representação temática é importante, visto que resgata e expõe os conteúdos significativos contidos no teor do documento. Para tanto, demanda do profissional da informação mais do que uma leitura da imagem, requer uma leitura que muitas vezes em um primeiro momento, a imagem não mostra.

Maimone e Tálamo (2008, p. 2), ao discorrerem acerca da representação da informação, identificam como: “preciosa a acuidade na maneira de representar a informação, pois quanto mais fidedigna for aos conteúdos originais e suas formas significantes de expressão”, mais garantia se terá de que a apreensão das informações serão maiores. Mais adiante os mesmos autores caracterizam a representação da informação como sendo atividade fundamental para a implantação de novos cenários intelectuais, ao mesmo tempo possibilitando a reprodução do teor dos documentos, objetivando a apropriação por parte do usuário.

Para Moraes e Arcello (2000, p.9) “as representações são baseadas em ações sociais, refletem momentos históricos, teorias, ideologias e culturas, e, embora se aproximem da realidade, podem ter leituras diversas”.

A representação temática da informação concretiza-se por intermédio de processos de análise ou síntese do objeto informacional. De forma mais detalhada, é possível afirmar que representar uma informação, relaciona-se à tarefa de compreender o conteúdo do texto ou do documento, (nesse caso o resultado de estudos realizados) ato contínuo, condensá-lo de tal modo que seu sentido ou significado se mantenha fiel ao texto original. Na Ciência da Informação, o conjunto de ações cognitivas de análise e síntese informacional denomina-se Análise Documentária.

De acordo com esse cenário, pode-se entender que as atividades de Organização e Representação da Informação são consideradas como centro das atividades dentro da Ciência da informação, constituindo um elo entre a informação, o conhecimento produzido e a geração de novos conhecimentos.

Para este trabalho, entre as várias definições de informação, foi adotada a definição de Alves *et al.* (1993), que a define como sendo um conjunto de dados, organizados de forma que possibilite sua compreensão e que esteja registrado em papel ou em outro meio, e suscetível de ser, ou seja, a informação é o dado processado e trabalhado, cujo significado oportunizará a criação do conhecimento, sob a forma escrita, seja ela impressa ou numérica, oral ou audiovisual.

Nesse ponto, ressaltou-se a metainformação e para isso reporta-se à Ciganik (1975), quando afirma que a metainformação seria a informação semântica vista pelo prisma gramatical, ou seja, a metalinguagem da estruturação de informação.

Gómez (1996) aceita a metainformação como sendo a informação que estabelece relações entre as informações, obtendo seu valor na medida da capacidade de relacionamento informação x conhecimento, ou seja, “permite realizar o valor gnosiológico da informação (ou seu valor semântico)”.

De uma forma simplificada é possível afirmar que a organização de qualquer tipo de informação depende de sua fidedigna representação. Sob uma ótica mais abrangente, Marcondes (2001) argumenta que a representação de experiências da vida diária e seu processamento mental, permitem ao homem transcender as limitações de tempo e espaço, o que torna essa atividade cognitiva mais útil ao homem para sua sobrevivência que seus atributos de força física.

Mas qual seria a vantagem cognitiva de um processo no qual alguma coisa faz com que outra coisa ausente torne-se presente na mente de alguém? De um ponto de vista cognitivo, trazer objetos ausentes como a representação, permite processá-los na mente. Para isso, dois aspectos devem ser destacados nas tarefas cognitivas de interpretação e compreensão de mensagens: 1) a importância da informação contextual; 2) o papel ativo desempenhado pelo receptor ou leitor da mensagem.

Na Ciência da Informação, a representação concretiza-se por intermédio de atividades ou procedimentos cognitivos de análise e síntese da informação, sob a ótica metodológica da Análise Documentária. De acordo com as premissas advindas dessa disciplina, a representação da informação deve comportar múltiplos tipos de operações cognitivas de inferências acerca do conteúdo do documento original, permitindo aos usuários, a autonomia de decidir ou não pela leitura do documento na íntegra. A representação mais completa do ponto de vista informacional de um texto é o próprio texto. Entretanto, dada a impossibilidade de acesso a todas as publicações existentes, elaboram-se um microtexto, ou seja, a representação informacional do documento original denominada Resumo.

Nesse contexto pode-se inferir que, a Organização da Informação relaciona-se ao processo que descreve a forma física e de conteúdo dos elementos informacionais. Entretanto, é escopo deste trabalho a representação temática do conteúdo. Bräscher e Café (2008, p, 92) afirmam que: “Alguns tipos de representação da informação são construídos por meio de linguagens elaboradas especificamente para os objetivos da Organização da Informação”.

Nesse sentido, importa mencionar que para a Ciência da Informação essas linguagens dividem-se em: linguagem natural, linguagem especializada e linguagem documentária.

De acordo com Tonello (2010, p.30):

A Linguagem Natural é a linguagem empregada habitualmente na escrita e na fala. São palavras que, de forma organizada (frases, textos), transmitem mensagem do emissor para o receptor. A Linguagem Especializada é a linguagem utilizada em uma determinada área do conhecimento para proporcionar uniformidade em relação aos termos específicos, salientando-se principalmente os aspectos relativos à terminologia da área, fundamental para a caracterização e distinção dessas mesmas linguagens entre si. É uma linguagem espontânea, criada no decorrer das interações, leituras e convenções que possibilita a comunicação entre os especialistas. A Linguagem Artificial, Documentária ou Controlada, é a linguagem construída pelo profissional especializado. Elaborada de acordo com regras estabelecidas de um vocabulário controlado específico, - cuja finalidade é a de descrever o conteúdo dos documentos de forma sintética, - visa à uniformidade de armazenamento, assim como a facilidade de recuperação dessas informações.

2.1.1.1 Análise documentária

A Análise Documentária, na perspectiva de Gardin *et al.* (1987), corresponde a um conjunto de procedimentos sistematicamente realizados, com o intuito de representar o conteúdo dos documentos científicos, de modo a propiciar sua recuperação ou consulta (tradução nossa). E para eles, a Análise Documentária é composta por um conjunto de procedimentos sistematicamente realizados, com o objetivo de representar o conteúdo dos documentos científicos, de modo a propiciar sua recuperação ou consulta (tradução nossa). A título de ilustração vale mencionar que o termo documento na perspectiva de Cunha e Cavalcanti (2008, p. 132) é a “Representação da realidade sob uma forma literária (escrito, texto), ou gráfica, ou plástica (ícone, imagem)”.

Tonello (2010, p. 23) complementa ao afirmar que se trata de “um suporte, no qual foi fixada ou registrada uma ideia, uma noção ou uma mensagem”.

A história da Análise Documentária ou Análise Documental ocorreu em três momentos distintos: No primeiro momento, a Análise Documentária resultava do talento, da habilidade artística, ou seja, sua representação dependia somente do bom senso somado à intuição. Em um segundo momento, era vista como uma técnica de organização da informação, isso no período em que ocorreu

uma grande demanda por produção documental, ocasionada pelos reflexos da revolução industrial. Nesse enfoque, a Análise Documentária voltava-se para a ação, era mais pragmática e vista como um produto fruto de técnicas e regras preestabelecidas.

Em sua terceira fase, por volta do século XX, foi o momento em que se questionou a consistência dos procedimentos, nascendo aí a necessidade de pesquisas e Análise Documentária. Diante desse cenário, surgem duas vertentes, a europeia, com foco na questão do processo em si, e a Norte Americana direcionado à consistência dos produtos.

Seguindo a abordagem de Guimarães (2003), a análise documental parte do pressuposto do resgate do ciclo informacional como base para “o fazer” documental, abrangendo operações fundamentais e interdependentes, a produção, o tratamento ou organização, a recuperação, a disseminação e o uso da informação que poderão gerar novas produções, completando o ciclo.

Assim, o tratamento ou organização da informação nada mais é do que etapa intermediária com objetivo principal de garantir um diálogo entre o produtor e o consumidor da informação, assumindo o papel de ponte informacional.

De acordo com o panorama que foi apresentado, a Análise Documentária ou Documental desenvolve-se em dois enfoques: o primeiro voltado ao aspecto formal e extrínseco do documento, e o segundo voltado à análise temática ou de conteúdo. A esse trabalho, importa repetir, é analisar os aspectos intrínsecos do documento, ou seja, seu conteúdo.

De acordo com esse enfoque, a Análise Documentária objetiva o tratamento temático da informação por meio de um grupo de procedimentos analítico-sintético, que abarcam os processos de análise do conteúdo temático dos documentos, assim como suas sínteses, por intermédio da condensação ou representação em linguagens adequadas.

Conforme se pode observar em Naves (2001, p. 193): “todas as fases do processo sofrem interferência de fatores lingüísticos (sic), cognitivos e lógicos, o que dá ao processo de análise de assunto um caráter interdisciplinar”.

Considerada como processo de suma importância na organização e recuperação da informação, a análise documentária dá-se por meio de dois procedimentos ou etapas: a analítica e a sintética. Segundo Guimarães (2003, p.112):

Etapa analítica: - *Leitura técnica do documento*, em que o documento adentra na estrutura do documento, buscando tomar contato com as partes que revelem maior conteúdo temático valendo-se, para tanto, de um conjunto de estratégias metacognitivas;

Etapa sintética: - *Seleção de conceitos*: os enunciados de assunto são, então, categorizados em principais, secundários e periféricos, e ordenados logicamente, tendo como parâmetros a estrutura, a função e os usos (tipo de busca informacional a que se presta o documento).

Complementando, Tonello (2010, p. 34) argumenta que:

A representação do conteúdo temático do documento é o resultado da análise e síntese das informações contidas no documento, as quais, embora sejam etapas distintas, constituem-se em um *continuum* do mesmo processo que são realizadas somente em diferentes momentos.

Para Naves (2001, p. 192), a etapa analítica tem sua caracterização no:

[...] processo de ler um documento para extrair conceitos que traduzam a sua essência é conhecido como análise de assunto para alguns, como análise temática para outros, ou ainda, como análise documentária, análise conceitual ou, mesmo, análise de conteúdo. [...] O processo de análise de assunto, [...] é iniciado com a fase de leitura do texto. Para isso, é necessário que se conheçam tipos e estruturas de textos para iniciar-se a sua leitura com fins específicos.

Dentre os produtos da Análise Documentária, têm-se os resumos, palavras chave e índices, onde a ênfase maior nesse trabalho foi dada aos resumos, nos quais Lancaster (2004, p.100) faz a seguinte afirmação: “O resumo é uma representação sucinta, porém exata, do conteúdo de um documento”. Os termos resumo e extrato são apresentados em algumas literaturas como sinônimos, porém, para Lancaster, extrato é “uma versão abreviada de um documento, feita mediante a extração de frases do próprio documento”.

Nesse sentido, vale lembrar que um resumo de qualidade, ainda que inclua palavras contidas no documento, é um texto elaborado/criado pelo seu redator, e não uma transcrição pura e simples do texto fonte. Na perspectiva de Café e Sales (2010, p. 119), a função da elaboração do resumo é a de “complementar a informação dada pela classificação e pela indexação”.

A ABNT em sua norma NBR 6028 (2003) define Resumo como: informação sucinta e precisa dos pontos importantes de um documento. E apresenta três tipos de resumos:

- **Resumo indicativo:** indica apenas os pontos principais do documento, não apresentando dados qualitativos, quantitativos, etc. De modo geral, não dispensa a consulta ao original;
- **Resumo informativo:** informa ao leitor finalidades, metodologia, resultados e conclusões do documento, de tal forma que este possa, inclusive, dispensar a consulta ao original;
- **Resumo crítico:** resumo redigido por especialistas com análise crítica de um documento. Também chamado de Resenha. Quando analisa uma determinada edição entre várias, denomina-se *recensão*.

Outro produto da análise documentaria é o índice, que segundo a definição de Brasil (2005, p. 107), é:

Palavra ou grupo de palavras retiradas do título ou do texto de um documento e que indicam seu conteúdo, facilitando a recuperação da informação.

Quanto à expressão palavra-chave, também na visão de Cunha e Cavalcanti (2008, p. 274), corresponde à “Palavra significativa encontrada no título de um documento, no resumo ou no texto. Essa palavra (ou grupo de palavras) caracteriza o conteúdo temático do item e é usada em catálogos e índices de assuntos”.

Brasil (2005, p. 128) corrobora afirmando: “Palavra ou grupo de palavras retiradas do título ou do texto de um documento e que indicam seu conteúdo, facilitando a recuperação da informação”.

São inúmeros os tipos de textos ou documentos que podem ser considerados como resumos ou apresentações condensadas de um fato, situação e experimentos. Dentre eles, como anteriormente mencionado, destacam-se os relatórios Técnico-Científicos.

2.2 RELATÓRIO TÉCNICO-CIENTÍFICO

Historicamente, os relatórios - importante e conhecido meio de comunicação na atualidade - teve sua origem em paralelo com a evolução da indústria aeronáutica, os quais na atualidade, ainda são responsáveis por grande parte das publicações dessa tipologia documental.

Segundo Campelo e Campos (1988) por volta de 1941, a produção de relatórios da época mostrava um aumento considerável, sendo que a maioria deles era de origem americana, com contribuições crescentes de países como a França e a Alemanha.

Inicialmente os relatórios eram utilizados como meio de divulgação de informações confidenciais geralmente de projetos tecnológicos e científicos.

Porém, na atualidade, esses relatórios transformaram-se em instrumentos de comunicação multidisciplinar, dentre eles as áreas da saúde, agrícola, pecuária, educação e economia. Geralmente são resultantes de trabalhos em equipes com origem em instituições de pesquisa, imbuído de coletividade, normalmente produzido em série, identificado por meio de código alfanumérico gerado pela entidade produtora, despreocupada com o caráter uniforme de produção.

Com relação à sua divulgação, sua tiragem é restrita, uma vez que objetiva o atendimento de uma clientela específica e é dotado de características de obsolescência, oriundas das frequentes mudanças e evoluções que caracterizam a sociedade contemporânea. Possui linguagem direcionada ao seu público alvo, porém sem restrições de estilos e de conteúdo.

Segundo o *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia* de Cunha e Cavalcanti (2008, p. 320), Relatório é:

Documento que registra o resultado de uma pesquisa ou estudo realizado por um indivíduo ou por um grupo. Documento que registra uma atividade de uma instituição durante certo período de tempo. Documento que expõe, minuciosamente, pontos tais como, entre outros, o desenvolvimento de um ato ou de uma incumbência, o desempenho de uma comissão, o andamento de uma investigação e a evolução de um empreendimento comercial, industrial e financeiro.

Nessa mesma página, também definem Relatório Técnico-Científico como sendo: “Documento que apresenta os resultados de projetos de pesquisa

técnica-científica, bem como de testes efetuados para comprovação e avaliação; informe científico ou técnico”.

Para Sá *et al.* (1996, p.27) Relatórios são “documentos formais onde se descrevem fatos resultados de pesquisas ou se relata a execução de experiências ou de serviços”. Segundo os autores, quando estes relatórios são muito extensos, podem ser divididos em volumes, devendo essa informação, bem como seu resumo, constar em todos os volumes. A data de conclusão do documento, o nome e assinatura do responsável, devem ser inseridos no final do relatório. Ainda na mesma página, os autores mencionados acima definem Relatórios Técnico-Científicos, como sendo aquele Relatório que: “expõe, de forma sistemática, a informação dirigida a especialistas da área, devendo apresentar conclusões e recomendações. É elaborado com a finalidade de ser submetido à apreciação de pessoas ou de organismos.” Eles ainda salientam que este tipo de Relatório pode ser apresentado em série, devendo, neste caso, trazer uma numeração de identificação.

A Universidade Federal de Minas Gerais (2010, p.5), define Relatório Técnico-Científico como sendo:

Um documento que relata formalmente os resultados ou progressos obtidos em investigação de pesquisa e desenvolvimento ou que descreve a situação de uma questão técnica ou científica. O Relatório Técnico-científico apresenta, sistematicamente, informação suficiente para um leitor qualificado, traça conclusões e faz recomendações. É estabelecido em função e sob a responsabilidade de um organismo ou de uma pessoa a quem será submetido.

Para a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) NBR 10719 (1989), o Relatório Técnico-Científico é um “documento que relata formalmente os resultados ou progressos obtidos em investigações de pesquisa e desenvolvimento ou que descreva a situação de uma questão técnica-científica”. Como já mencionado anteriormente, o Relatório Técnico-Científico é um instrumento que deve ser apresentado de forma condensada e sistematizada, com informações que possam nortear seus diversos leitores, possibilitando principalmente traçar conclusões a partir de recomendações inclusas no referido Relatório.

De acordo com a Universidade Federal do Paraná (1996, p. 1), Relatório Técnico-Científico:

É a exposição na qual se descrevem fatos verificados mediante pesquisas ou se história a execução de serviços ou experiências. É geralmente acompanhado de documentos demonstrativos, tais como tabelas, gráficos, estatísticas e outros.

De acordo com o texto da Universidade acima citada (1996, p.1) os Relatórios podem ser: a) *técnico-científico* - um documento original, em que se faz a difusão da informação corrente, sendo ainda o registro permanente das informações obtidas. Sua elaboração tem por objetivo principal descrever experiências, investigações, processos, métodos e análises. O Relatório pode ser apresentado como publicação seriada; viagem – documento por meio do qual são fornecidas informações sobre viagem realizada; Estágio e de Visita – visa descrever o local onde foi realizado o estágio ou visita, período, duração, atividades desenvolvidas ou observações realizadas pelo visitante; b) *administrativo* – comunicação escrita e submetida à apreciação de uma autoridade superior, geralmente no término de um exercício ou mandato, relatando a atuação administrativa; e c) *fins especiais* – documento organizado de forma particular, que especifica instruções para aperfeiçoar o uso de materiais, máquinas, dispositivos e equipamentos, também pode ser para levantamento de produção, orçamento de pesquisas, registro de patentes ou manuais de software.

Sendo assim, observou-se que os Relatórios constituem-se em documentos que apresentam e representam resultados de projetos técnico-científicos, assim como os demais testes realizados para comprovação e avaliação, então, trata-se de informativos científicos ou técnicos, elaborados de forma condensada, focados no seu objetivo principal, possibilitando ao leitor o acompanhamento necessário, análise, desenvolvimento e possíveis conclusões a partir de sua leitura.

Com relação à qualidade desses documentos, Campelo e Campos (1988, p. 49), argumentam que a principal crítica:

[...] se baseia no fato de que não passa por um sistema formal de avaliação ou julgamento, ao contrário do que ocorre com os artigos de periódicos que, para serem publicados, são analisados e aprovados pelos conselhos editoriais das revistas científicas, o chamado sistema de *referee*.

Ainda de acordo com os autores na mesma obra e página, “os esquemas montados para divulgação, controle e preservação de relatórios têm

facilitado a localização e aquisição deste material”, especialmente aqueles produzidos por instituições conceituadas e conhecidas.

A prática tem demonstrado que o desafio está nas mãos dos produtores dos Relatórios no sentido de filtrarem e contextualizarem sinteticamente um número considerável de informações, não se esquecendo de compartilhar com seus colaboradores e clientelas, o conhecimento que lhe diz respeito, que vai agregar e ser útil.

Em decorrência do afirmado, não se pode ignorar que para redigir um Relatório Técnico-Científico, a primeira providência a ser tomada é saber para que tipo de público ele esta voltado, ou seja, qual o tipo de indivíduo ou grupo que irá ler e como será a utilização das informações nele contidas. Um mesmo Relatório remetido às chefias poderá servir de base para a tomada de decisões importantes e até mesmo novos projetos. Se o mesmo Relatório Técnico for enviado a um funcionário administrativo, servirá para atualização de seus arquivos, assim como se enviado para o Comitê Executivo da Companhia, será utilizado como fonte de informação generalizada.

A boa apresentação dos Relatórios também é um fator preponderante para a sua utilização. Além da redação bem elaborada e a digitação com qualidade, torna-se relevante a observância das exigências normativas da instituição solicitante ou em nível nacional à Associação Brasileira de Normas Técnicas.

De acordo com o panorama apresentado, é possível afirmar que o Relatório Técnico-Científico é um importante transmissor de informações para alguém que delas necessitem ou desejem. Ao considerá-lo como valioso mediador entre a informação e o conhecimento decorrente de alguma pesquisa ou relato, tornam-se evidentes as questões como: os conteúdos a serem apresentados, a clareza e objetividade do texto, a adequação da linguagem ao universo cognitivo e social de seus usuários, entre outros aspectos.

Para Silva e Araujo (2009, p. 42) “Os Relatórios devem ser regulares, precisos e claros, de fácil leitura e acesso livre para superiores, funcionários, e usuários, enfim, de todos que precisam e desejam tomar conhecimento [...]”.

Seguindo essa linha de raciocínio, é possível afirmar que os Relatórios devem conter seis pontos básicos: 1) Apresentação, onde o relator

suscita a finalidade de seu relatório; 2) Sumário, onde sintetiza-se todo o conteúdo do referido relatório; 3) Corpo, a parte onde se registra os fatos assim como os seus pormenores; 4) Conclusões, estas, devem ser galgadas nos fatos e informações até ali apresentadas, assim como no corpo do Relatório; 5) Recomendações, deverão ser fundamentadas nas conclusões com a oferta de sugestões ou soluções; e 6) Anexos, esses objetivam dispor as informações que não sejam imediatamente imprescindíveis ao corpo do relato, porém com maior riqueza de detalhes, tais como: gráficos, tabelas, figuras entre outros.

De acordo com suas características, eles ainda poderão ser: *formais* como os Relatórios Técnico-Científicos; *semi formais*, que na maioria das vezes são direcionados internamente em uma companhia ou instituição e os portadores de ações, de modo geral, são alheios à administração da mesma; ou ainda, os mais comuns que são os *informais*, como os Memorandos, Cartas, Relatórios, os quais têm como principal característica seu tamanho reduzido, que gira em torno de duas páginas.

2.3 A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NOS RELATÓRIOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS

Segundo Bufrem e Pereira (2005, p. 24), a Representação Documentária advém de uma prática de análise de texto, sendo que ela: “identifica conteúdos pertinentes e em consonância com os propósitos e características da unidade ou sistema a que serve”. Os autores ainda consideram “a representação como re-apresentação (sic), em que analista, documento e sistema prescindem de mediador, uma vez que participes do processo de resignação”.

Para Novellino (1998, p.137) a:

Representação da informação é a substituição de uma entidade linguística longa e complexa - o texto de um documento - por sua descrição abreviada. Sua função é demonstrar a essência do documento. A representação da informação é um processo primeiro da transferência da informação e necessário para enfatizar o que é essencial no documento, considerando sua recuperação.

Em decorrência das premissas anteriormente mencionadas, se tornou possível caracterizar o gênero textual Relatório Técnico-Científico como sendo uma representação da pesquisa ou de um assunto explorado e que devem

ser elaborados visando sua total fidedignidade ao projeto desenvolvido ou assunto abordado.

Além de questões relacionadas à qualidade da redação do texto, outro aspecto faz-se também importante no momento de sua elaboração: os valores éticos que permeiam a atividade de produção desse texto.

Mas o que é ética? A palavra “ética” tem sua origem do Grego *ethos*, que significa “morada”, ou seja, lugar onde moramos ou vivemos, porém posteriormente passando a significar “o caráter”, ou “modo de ser” que grupos ou pessoas vão adquirindo ao longo da vida, também cunhado de moral.

Porém, o que é moral? A palavra “moral” vem do latim *mos, moris*, que significa “Costume”, mas com o passar dos tempos seu significado passou a ter conotação de “caráter”, ou “modo de ser”.

Sendo assim, a “ética” e a “moral” convergem etimologicamente em significados semelhantes ou quase idênticos. Nessa perspectiva, Cortina (2005, p.19-20) esclarece que:

[...] A ética se constitui no conjunto de valores estabelecido como válido por uma coletividade (comunidade, sociedade, empresa, etc.). Esses valores passam a definir e espelhar o modo de ser e de pensar da coletividade a que pertencem e, quando não respeitados, geram conflitos e provocam ações no sentido de coibir os desvios ou o desrespeito aos mesmos. Nesse sentido, os valores são geradores de normas que passam a se apresentar como princípios de conduta e de ação individual no seio da coletividade. A essas normas chamamos de moral.

Na perspectiva de Chauí (2003, p.309):

[...] do ponto de vista dos valores, a ética exprime a maneira como uma cultura e uma sociedade definem para si mesmas o que julgam ser o mal e o vício, a violência e o crime e, como contrapartida, o que consideram ser o bem e a virtude, a brandura e o mérito.

Nesse sentido, não se pode esquecer os valores relacionados com os compromissos básicos para com o usuário como *Privacidade, Autoridade, Liberdade, Segurança Informacional, Equidade e Minimização de Riscos*, itens previstos por Froehlich (1994), quando evidencia o respeito à autonomia do usuário e a procura pela redução dos danos. Ou ainda quando Fernández Molina e Guimarães (2002) destacam a preponderância do interesse do usuário, itens de relevância no ato da elaboração de Relatórios Técnico-Científicos.

Ainda que não exaustivamente, a literatura especializada propicia informações relevantes à essas questões. Entretanto, no que diz respeito à parâmetros para a construção de relatórios eficientes e eficazes, - textos claros, concisos e suficientemente informativos – torna-se evidente a necessidade de mais esclarecimentos a esse respeito.

De acordo com o panorama sucintamente apresentado, buscou-se nos procedimentos empregados na análise Documentária de Fotografias, subsídios para a elaboração de um roteiro ou itens norteadores para a produção dos Relatórios. Essa proposta decorreu da percepção da autora do presente estudo quanto a similaridade que existe entre os Relatórios e as fotografias, no que tange a apresentação das informações. Ainda que sejam perceptíveis, as diferenças entre os textos escritos e as fotografias, compartilham as seguintes características: todos os dois gêneros são textos (a imagem é considerada texto imagético) e todos eles possuem componentes expressivos e intersubjetivos, ou seja, apresentam informações visíveis e aquelas que são inferências acerca do documento.

Sendo assim, buscou-se em Smit, aspectos que devessem ser privilegiados na representação de informações imagéticas, que acreditou-se que poderiam ser transpostas para a representação dos Relatórios em foco. Para Smit (1996, p.32), existem algumas perguntas que devem ser respondidas no momento da representação de documentos fotográficos, que são: “ [...] QUEM ou O QUE, ONDE, QUANDO, COMO [...]”.

De acordo com Manini (2002), essas categorias foram assim definidas: QUEM/O QUE: identifica o objeto enfocado, o que se pretendeu fotografar: pessoas, animais, artefatos, paisagens, acidentes naturais, construções etc.; ONDE: permite localizar a imagem no espaço, seja espaço geográfico ou somente localizar o espaço representado na imagem, como por exemplo: Rio de Janeiro ou o interior de um museu; QUANDO: localiza a imagem no tempo cronológico ou somente o momento da imagem: dezembro de 1972 ou dia de inverno; COMO: descreve a atitude ou particularidades relacionadas ao objeto enfocado, somente quando este é uma criança, um animal, ou seja, quando o objeto é um ser vivo: cachorro correndo, homem trajando roupa do século XVII.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Para a realização deste trabalho, foram utilizadas a metodologia de pesquisa Bibliográfica em periódicos nacionais e internacionais, livros, em meio eletrônico e impresso, sem limite de período, na busca de embasamento teórico e suporte para novos conhecimentos aliados à pesquisa Documental propriamente dita nos “Relatórios Finais” produzidos nos últimos três anos.

Gil (2008, p.50) define Pesquisa Bibliográfica como sendo a pesquisa desenvolvida a partir de materiais já elaborados, principalmente livros e artigos científicos. Para ele, a principal vantagem dessa pesquisa “reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. No que tange a pesquisa documental, o autor, ainda na mesma página, afirma que ela:

[...] assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser relatados de acordo com os objetivos da pesquisa.

Lakatos (1992, p.43) corrobora ao argumentar que pesquisa documental e seus desdobramentos “englobam todos os materiais, ainda não-elaborados (sic), escritos ou não, que sirvam como fonte de informações para a pesquisa científica. Podem ser encontrados em arquivos públicos ou particulares”.

Diante do exposto, o percurso metodológico constou, além da pesquisa em fontes de informação especializada, da análises de relatórios gerados nos três últimos anos pelo Departamento de Estatística. Para a sistematização dessas análises criou-se um roteiro baseado nos fundamentos da Análise Documentária, como forma de proposta de metodologia para sua elaboração. Em decorrência recorreu-se à Smit (ANEXO A) em sua proposta de análise de fotos, cujos itens foram adaptados pela autora do trabalho em tela, dando origem a um quadro híbrido, o qual teve por objetivo principal a sugestão de diretrizes básicas, na elaboração dos relatórios Técnico-Científicos:

Quadro – 1: Diretrizes Básicas para Elaboração de Relatório Técnico-Científico.

PERGUNTAS BÁSICAS	REPRESENTAÇÃO DO CONTEÚDO
A quem	Para que público, a quem se destina.
Quando	Em que época (período).
Título	Nome da atividade (projeto).
Responsável	Quem.
Onde	Localização geográfica.
De que	De que forma se desenvolveu a atividade.
Caracterização da População Atendida	Docentes, alunos de graduação e pós (Stricto e Latus), funcionários da instituição e público externo.
Finalidade	Para qual finalidade (Monografias, TCC, Artigos...).
Área atendida	Se for interno (Centros de Estudos, departamentos etc.). Se for externo (Instituição, empresa, etc.).
O que ou Sobre	Sobre qual assunto o trabalho abordava ou desenvolvia.
Dificuldades encontradas	Para a assessoria.

Fonte: Elaborado pela autora do trabalho

Com o intuito de contextualizar o leitor no universo desta pesquisa, seguem alguns esclarecimentos a respeito do Departamento de Estatística.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS/DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA

A Universidade Estadual de Londrina teve origem a partir da fusão das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina, Faculdade de Medicina do Norte do Paraná, Faculdade Estadual de Direito de Londrina, Faculdade Estadual de Odontologia de Londrina, e a Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Contábeis de Londrina. Constituindo-se de fato e de direito por meio do Decreto número 18.110 de 28 de janeiro de 1970, com sede e foro na cidade de Londrina, entidade de direito público, instituída pelo Governo do Estado do Paraná, traduzindo a cooperação dos esforços Municipais, Estaduais e da União. Nesse sentido, importa mencionar que seu reconhecimento só foi oficializado com o Decreto Federal número 69.324 de 07 de outubro de 1971.

O Centro de Ciências Exatas (CCE), fundado em 1972, conta atualmente com sete departamentos (Bioquímica e Biotecnologia, Computação, Física, Geociências, Matemática, Estatística e Química), que por sua vez são responsáveis por vários cursos. Dentre eles, há três que obtiveram destaque nas últimas avaliações do “Guia do Estudante” da Editora Abril:

- Curso de Geografia (5 estrelas);
- Curso de Química (4 estrelas);
- Curso de Ciências da Computação (3 estrelas).

O quadro funcional do Centro é composto por aproximadamente 211 docentes, 70 funcionários técnico-administrativos e a quantidade de discentes assemelha-se a casa dos 1.429 alunos na graduação e 589 alunos na pós-graduação. O Centro atende cerca de 6.290 alunos de diversos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Estadual de Londrina.

Com o passar dos anos, mais precisamente em 1983, o Centro de Ciências Exatas contava com o Departamento de Matemática, que por sua vez, deu origem ao Departamento de Matemática Aplicada. Após a conclusão dos cursos de mestrado e doutorado na área de Estatística, o Departamento foi adquirindo perfil de Matemática Aplicada e Estatística, o que ocasionou mudança no nome do Departamento, que em 2004 veio a ser chamado de Departamento de Estatística e Matemática Aplicada.

Também em 2004, foi implantado o Curso de Especialização em Estatística e no ano seguinte (2005) a implantação do Curso de Especialização em Engenharia de Produção. A título de mais explicações, é importante mencionar que em 2006 ocorreram alocações das disciplinas de Cálculo Numérico e Matemática Financeira ao Departamento de Matemática, favorecendo o Departamento a ministrar somente disciplinas da área de Estatística.

Em decorrência dessas mudanças, o Departamento alterou novamente seu nome, passando a ser denominado de Departamento de Estatística (DSTA), nomenclatura utilizada até hoje.

O Departamento de Estatística possui seu quadro funcional composto da seguinte forma:

- 15 docentes efetivos;
- 3 docentes temporários;
- 1 técnico em informática;
- 1 funcionário administrativo.

Atualmente o DSTA conta com três cursos de especialização: Engenharia de Produção, Estatística com ênfase em Educação, e Estatística com

ênfase em Pesquisa Quantitativa, sendo que o de Engenharia de Produção se encontra atualmente suspenso.

Dentro do contexto da Instituição ele é considerado um departamento atípico, pois é um dos Departamentos do Centro de Ciências Exatas da Universidade Estadual de Londrina que não oferta cursos para a graduação, embora seus docentes ministrem aulas na graduação e pós-graduação (*lato e stricto sensu*) da maioria dos Cursos Ofertados por esta Universidade, inclusive em outras Instituições.

Além das aulas ministradas pelos docentes do Departamento de Estatística, existe também um Projeto de Extensão - objeto de estudo deste trabalho - denominado *Projeto de Assessoria Estatística*, instituído em 1992, que visa oferecer suporte aos professores e pesquisadores da Universidade Estadual de Londrina, bem como de outras instituições, na área de Estatística, sendo sua demanda continua e crescente.

Durante sua trajetória o projeto sofreu algumas alterações principalmente no nome, resguardando sempre a sua essência. Sendo que na atualidade recebe o nome de Atendimento Estatístico.

Atualmente os pesquisadores e público geral do projeto de Assessoria Estatística, são atendidos às quartas-feiras no período vespertino (14 às 17 horas) e contam com a assessoria de três grupos de docentes onde cada grupo é composto por três docentes e três estagiários (alunos) da Universidade Estadual de Londrina, que prestam as assessorias para as comunidades internas e externas, de docentes e discentes.

O agendamento dessa Assessoria Estatística é realizado via telefone, no número (43)3371.4346, endereço eletrônico, assessoriaestatistica@uel.br, ou pessoalmente na secretaria do Departamento de Estatística do Centro de Ciência Exatas (CCE) da Universidade Estadual de Londrina – Rodovia Celso Garcia Cid, km 380 – Campus Universitário – Londrina – Paraná.

4 ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Os Relatórios Finais apresentados - dentro das atuais formas instituídas pela Pró-Reitoria de Extensão - pelo Departamento de Estatística do Centro de Ciências Exatas da Universidade Estadual de Londrina, referente aos “atendimentos estatísticos” (ANEXO B), de certa forma contempla o contido na Resolução CEPE n.º 274/2005 (ANEXO C), pois nele consta o Cabeçalho, contendo o logotipo da UEL, precedido pelo nome da Instituição por extenso, com o nome da Pró-Reitoria de Extensão logo abaixo, na linha seguinte o nome do Relatório que no caso é denominado de “RELATÓRIO FINAL” e vem escrito em caixa alta com a especificação de “Projeto de Extensão” logo abaixo. E subdividido em oito campos com numeração romana, sendo esses campos:

I – IDENTIFICAÇÃO:

Cadastro:
Título:
Data de aprovação no CEPE:
Conclusão:
Coordenador:
Centro/Depto:

II – OBJETIVOS DO PROJETO:

Objetivos Gerais:
Específicos:

III – ATIVIDADES PROGRAMADAS:

IV – RESULTADOS OBTIDOS:

V – POPULAÇÃO ATENDIDA:

VI – DIFICULDADES ENCONTRADAS:

VII – AVALIAÇÃO:

VIII – DISSEMINAÇÕES COMPROVADAS: (É necessário anexar comprovantes)

Cidade, data e assinatura do Coordenador do projeto.

Observou-se que o documento objeto deste estudo, registra as ações realizadas no projeto, principalmente no que tange a seu caráter quantitativo. Isso equivale a dizer que o relatório apresenta o número de serviços prestados, os

centros atendidos e os níveis de titulação dos profissionais que demandaram os serviços. Em que pese à relevância dessas informações, observa-se que ao caracteriza-lo, apenas como documento de registro das ações ou atividades realizadas, deixam de fornecer informações mais detalhadas, as quais poderiam servir de apoio a estudos históricos, à constituição da memória da instituição entre outros aspectos. Em outros termos, observa-se que o referido instrumento, apesar de atender as necessidades de informação, deixa algumas lacunas que poderiam ser melhores exploradas, como exemplo os campos do formulário de Relatórios instituído pela Pró-Reitoria de Extensão da UEL (ANEXO B):

“V – POPULAÇÃO ATENDIDA”, Docentes, Pesquisadores, Alunos de graduação e Pós-Graduação, não se faz menção ao tipo de público ou população (interna ou externa);

“VII – AVALIAÇÃO” – Atendimentos por categoria, a qual contempla de forma genérica os itens: Docente, Graduação e Pós-Graduação, sem identificação quanto ao tipo de público ou população - interno ou externo -; – Atendimentos por finalidade, Artigo, Dissertação, Monografia, Pesquisa, TCC e Tese, também com teor abrangente, sem constar os departamentos, áreas ou linhas das pesquisas; – Atendimentos por Centros de Estudos, CCA, CCB, CCE, CCS, CECA, CEFÉ, CESA, CLCH, CTU, OUTROS, sem a especificação dos departamentos ou setores atendidos que compõem esses centros. Ou seja, ficam as perguntas ou afirmações: não houve atendimentos externos? Só houve atendimentos internos! Ou, o que realmente seriam os outros?

Detectou-se também que os formulários dos relatórios mencionados não contemplam campos visando à inserção de informações dos anos anteriores, para que se possa objetivar uma apreciação comparativa dos resultados – positivos ou negativos – favorecendo uma análise do seu desenvolvimento, colaborando para a avaliação de sua prorrogação, renovação ou encerramento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente vivencia-se experiências de mudanças sociais de grande impacto, com origem no progresso da globalização e suas consequências tecnológicas, sejam elas culturais, educacionais ou políticas. De acordo com esse contexto, deve-se procurar, ao se organizar a informação e conhecimento existentes, manter uma visão geral, sistêmica e oportuna, principalmente no que tange à construção da memória institucional.

Nesse sentido, evidencia-se a Organização e Representação da Informação, atividade central da Ciência da Informação, devido seu caráter mediador entre a produção e o uso da informação registrada de forma adequada e socializada. Sendo assim, há a necessidade de se repensar as atuações profissionais, propiciando discussões sobre os valores morais e éticos, objetivando o atendimento dos anseios da sociedade, para tornar a atuação do profissional responsável pela Organização e Representação da informação de extrema necessidade, para que os documentos existentes bem como a imensidão de assuntos e suas abordagens, sejam acessíveis a todos, deixando claro que essa atividade não é meramente técnica, mas também intelectual, exigindo do profissional posturas conscientes, éticas e críticas, bem como os aspectos históricos e sociais inseridos na informação registrada e disseminada.

Olson (2002), alerta que as questões de representação da informação demanda maiores estudos, considerando-se a influência residente nesse âmbito, bem como o poder dominante contidos nos classificadores ou indexadores no ato das escolhas para representar um documento nesse contexto, importa mencionar, que no âmbito da Ciência da Informação, evidencia-se a Representação da Informação e seus processos de análise e síntese, bem como os seus produtos, ou seja, a condensação textual ou os resumos, podendo contribuir de forma acentuada na elaboração dos Relatórios Técnico-Científicos.

Ao se referir aos Relatórios Técnico-Científicos, pode-se constatar que embora seja um documento de relevância singular, não existem muitas publicações que abordem o referente tema.

Genericamente falando, dos referidos Relatórios, pode-se concluir que são uma exposição formalmente escrita na qual se registram fatos e dados oriundos de pesquisas ou atividades, ou ainda relata-se serviços ou experiências,

tornando-se o registro permanente das informações obtidas, podendo vir acompanhado de documentos demonstrativos como: gráficos, tabelas, imagens, entre outros.

De uma perspectiva mais específica, importa ressaltar que os relatórios oriundos de Projetos de Extensão são compostos por registros de atividades, embora temporárias, mas de cunho educativo, cultural, artístico e/ou científico e que tem seu desenvolvimento imperativo nas pessoas de docentes e discentes de suas instituições por intermédio de ações sistematizadas, direcionadas à ações sociais importantes. Deve-se propiciar o conhecimento acadêmico e popular para possíveis consciências críticas.

Sendo assim, é possível inferir que esse documento (Relatório Técnico-Científico), fruto desse Projeto de Extensão, não deva ser subutilizado, ou seja, não deva ser considerado apenas um instrumento comprobatório das atividades desenvolvidas, mas sim, um instrumento com fins administrativos que poderá servir à constituição da memória histórica da instituição, como também na instituição de um banco de informações para pesquisas acadêmicas, entre outras, favorecendo a criação de novos conhecimentos. Um documento de importância impar dentro das instituições e com poderes para um leque amplo de aproveitamento.

Ao retomar-se os objetivos a serem alcançados, no estudo em tela, observou-se que os processos e procedimentos característicos da Análise Documentária da Ciência da Informação foram considerados úteis no desenvolvimento de uma metodologia de elaboração dos relatórios.

No que tange aos objetivos específicos, a pesquisa documental, ou seja, o estudo e a análise dos relatórios em pauta, propiciaram condições para a apresentação de uma proposta ou metodologia de elaboração. Nesse sentido foi apresentado na página 36 um quadro contendo itens a serem contemplados em sua geração.

Diante disso, espera-se dessa forma, que se possa ter contribuído não somente para o aumento da qualidade desses instrumentos de informações, bem como a divulgação do Projeto de Assessoria Estatística, interna e externamente, mas sobretudo, que se tenha propiciado oportunidade de se refletir acerca desse valioso repositório de informações de caráter estatístico, social e

histórico que possibilita a criação de novos conhecimentos, não somente nos dias atuais, como em épocas vindouras.

Como proposta para estudos futuros, fica a sugestão de ampliação do universo da pesquisa, isto é, da análise dos diversos relatórios gerados na e pela Universidade, bem como a aplicação da proposta da autora em pauta nos demais relatórios.

Com relação ao preenchimento ou elaboração dos relatórios em questão entende-se que a Pró-Reitoria de Extensão poderia propor oficinas para capacitação dos funcionários responsáveis pelo preenchimento do documento para que além de cumprirem sua função administrativa também possam auxiliar na construção da memória dos serviços prestados pela Instituição.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ivone *et al.* **Dicionário de terminologia arquivística**. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. 1993.

ALVES, J. C. **Organização e Representação da Informação na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC**: uma análise focada em metadados sob a luz do padrão MTD-BR. , 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – UFSC, Florianópolis. Disponível em: <http://pgcin.paginas.ufsc.br/files/2010/10/ALVES-Jaqueline-Costa.pdf> Acesso em: 12 out. 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NBR 10719**: Apresentação de relatórios técnico-científicos. Rio de Janeiro: ABNT, 1989.

____. **NBR6028**. Informação e documentação: resumo, apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

BRÄSCHER, Marisa; CAFÉ, Lígia. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2008. Disponível em: <http://www.slideshare.net/doritchka/brascher-e-caf-organizacao-da-informao-ou-do-conhecimento>. Acesso em: 23 jan. 2012.

BRASIL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BUFREM, Leilah Santiago; PEREIRA, Edmeire Cristina. Princípios de Organização e Representação de Conceitos em Linguagens Documentárias. **Encontros BIBLI**: Revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, n. 20, 2005. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/198/302>. Acesso em: 26 mar. 2012

CAFÉ, L.; SALES, R. Organização da informação: Conceitos básicos e breve fundamentação teórica. In: ROBREDO, J.; BRÄSCHER, M. (Org.). **Passeios no bosque da informação**: estudos sobre representação e organização da informação e do conhecimento. Brasília: IBICT, 2010. Disponível em: <http://www.ibict.br/publicacoes/eroic.pdf>. Acesso em: 12 out. 2011.

CAMPELO, Bernadete S.; CAMPOS, Carlita M. **Fontes de Informação Especializada**: Características e Utilização. Belo Horizonte: UFMG, 1988.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2003.

CHOWDHURY, G. G.; CHOWDHURY, S. **Organizing Information: from the shelf to the web**. London: Facet Publishing, 2007.

CIGANIK, Marek. Metainformational approach to the theory of integrated information retrieval systems. **Information Processing & Management**, v.11. 1975.

CNPq. **Avaliações e Perspectivas 82**. Coordenação Editorial. v. 8 Ciências Sociais. Brasília, 1983.

CORTINA, Adela; NAVARRO, Emílio Martínez. **Ética**. São Paulo: Loyola, 2005.

CUNHA, Murilo B. da; CAVALCANTI, Cordélia R. de O. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Briquet de Lemos: Brasília, 2008.

DUBOIS, J.; GIACOMO, M.; GUESPIN, L.; MARCELLESI, C.: et al. **Dicionário de Linguística**. São Paulo: CULTRIX, 2006

FERNÁNDEZ MOLINA, J. C.; GUIMARÃES, J. A. C. Ethical aspects of knowledge organization and representation in the digital environment: their articulation in professional codes of ethics. In: LOPEZ HUERTAS, M. J. (Ed.). **Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century**: integration of knowledge across boundaries. Würzburg: ERGON Verlag, 2002.

FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FROELICH, T. J. Ethical concerns of information professionals in na international context. In: ALVAREZ OSSORIO, J. R.; GOEDGEBUURE, B. G. (Ed.). **New wolds in information and documentation**. Amsterdam: Elsevier. FID, 1994.

GARDIN, J. C. et al. **La logique du plausible** : essays d'epistemologie pratique. Paris: Maison des Sciences de l'Homme, 1987.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GÓMEZ, Maria Nélide González de. Da organização do conhecimento às políticas de informação. **INFORMARE**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, jul./dez. 1996.

_____. Metodologia de Pesquisa no Campo da Ciência da Informação.

DataGramZero: Revista Informação da Informação, v. 1, n.6, 2000. Disponível em: https://www.zotero.org/naneaafa/items/itemKey/DVGQWNG7#./DVGQWNG7?&_suid=133978460561108069571048418385. Acesso em: 15 jun 2012.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A análise documentária no âmbito do tratamento da informação: elementos históricos conceituais. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite. (Org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2003. v. 2.

GUIMARÃES, José A. C.; MILANI, Suellen O.; PINHO, Fabio A. Aspectos Éticos em Organização e Representação do Conhecimento (ORC): uma análise preliminar de valores e problemas a partir da literatura internacional da área. **Encontros Bibli**. v.13. n. 25. UFSC. Florianópolis, 2008. Disponível em: <http://www.journal.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/1157/883> . Acesso em: 07 set. 2011.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A dimensão teórica do tratamento temático da Informação e suas interlocuções com o universo científico da International Society for Knowledge Organization (ISKO). **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação (RICI)**, v.1. n.1. jan./jun.2008. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/RICI/article/viewArticle/2761>. Acesso em: 04 abr. 2012.

KOBASHI, Nair Yumiko. Análise Documentária e Representação da Informação. **INFORMARE**, Rio de Janeiro, v. 2. n. 2. jul./dez.1996. Disponível em: <http://ibict.phlnet.com.br/anexos/kobashiv2n2.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2012.

LANCASTER, F. W. **Indexação e Resumos**: Teoria e Prática; tradução de Antônio Agenor. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projetos e relatórios, publicações e trabalho científico. São Paulo: Atlas, 1992.

LE COADIC, Yves François. **La science de L'information**: Collection Que sais-je Paris: PUF, 1994.

_____, **A Ciência da Informação**. Brasília: Brinquet de Lemos, 2004.

MACHADO, José Pedro. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. 3. ed., v.3. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

MAGRO, Cristina. Representação, Virtus Dormitiva e Linguagem. In: OLIVEIRA, P.; BENN-IBLER, V.; MENDES, E. (Org.) **Revisitações**: Edição Comemorativa dos 30 anos da Faculdade de Letras. Belo Horizonte: FALÉ/UFMG, 1999.

MAIMONE, G.D.; GRACIOSO, L. de S. Representação temática de imagens: perspectivas metodológicas. **Informação & Informação**, Londrina, v.12, n.1, jan/jul. 2007. Disponível em: http://www.google.com.br/search?q=Representa%C3%A7%C3%A3o+tem%C3%A1ticas+de+imagens%3A+perspeticivas+metodol%C3%B3gicas&rls=com.microsoft:pt-br:IE-SearchBox&ie=UTF-8&oe=UTF-8&sourceid=ie7&rlz=117ADRA_pt-BRBR420&redir_esc=&ei=G895T46pL4bEgAfZpMSeDQ. Acesso em: 02 abr. 2012.

MAIMONE, G.D.; TÁLAMO, M. de F. G. M. Tratamento informacional de imagens artístico-pictórias no contexto da Ciência da Informação. **Datagramazero** - Rev. Ciênc. Informação, n. 2, v. 9, abr. 2008. Disponível em: http://www.dgz.org.br/abr08/Art_02.htm. Acesso em: 02 abr. 2012.

MANINI, M. P. **Análise Documentária de fotografias**: um referencial de leitura de imagens fotográficas para fins documentários. 2002.. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MARCONDES, C. H. **Representação e economias da Informação**. Ciência da Informação, v. 30, n.1. Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v30n1/a08v30n1.pdf>. Acesso em: 07 set. 2011.

McGARRY, K. **O contexto dinâmico da informação**: uma análise introdutória Tradução de Helena Vilar de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MORAES, Alice Ferry de; ARCELLO, Etelvina Nunes. O Conhecimento e sua Representação. **Informação & Sociedade**: Estudos, v.10, n. 2, 2000. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000001183&dd1=423f7>. Acesso em: 02 abr. 2012.

NAVES, M. M Lopes; Estudo de fatores interferentes no processo de análise de assunto. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 189 – 203, jul./dez. 2001.

NOVELLINO, M.S.F. Instrumentos e Metodologias de Representação da Informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 1. n. 2, 1996. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1603/1358>. Acesso em: 07 set. 2011.

_____, A linguagem como meio de representação ou de comunicação da informação. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.3, n.1, jul./dez. 1998.

OLIVEIRA, M. de. (Coord.). **Ciência da Informação e Biblioteconomia novos conteúdos**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

OSLON, H. A. **The power to name: locating the limits of subject representation in libraries**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2002.

ROBREDO, Jaime. **Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. Brasília: Thesaurus e SSRR Informações, 2003.

SÁ, E.S ; GAUDIE-LEY, M. D. L. M.; FERREIRA, A. L. L.; SOUZA, M. M. de; FIGUEIREDO, M. G. G.; SODRÉ, S. M. F.; PITANGA, V. L. B. **Manual de Normalização de Trabalhos Técnicos, Científicos e Culturais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.1. n. ,1, 1996.

SARAIVA, F. R. dos Santos. **Novíssimo Dicionário Latino-Portuguez**: etymologico, prosódico, geographico, mythologico, biographico, etc. 2. ed. Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1924.

SILVA, D. Aparecida da; ARAUJO, I. Antunes. **Auxiliar de Biblioteca**: técnicas e práticas para formação profissional. 6. ed. Brasília: Thesaurus, 2009.

SILVA, T. Elisabeth da. (Org.) **Interdisciplinaridade e Transversalidade em Ciência da Informação**. Recife: Lider, 2008.

SITE DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA – Página do Centro de Ciências Exatas – Disponível em <http://www2.uel.br/cce/>. Acesso em: 10 maio 2011.

_____, Página da Pró-Reitoria de Extensão – Disponível em <http://www.uel.br/proex>. Acesso em: 19 jun. 2012.

SMIT, Johanna W. A Representação da Imagem. **INFORMARE** – Cad. Prog. Pós Grad. Ci. Inf. v.2, n.2. Rio de Janeiro. Jul./dez., 1996.

SVENONIUS, Elaine. **The intellectual foundations of information organization**. Cambridge: The MIT Press, 2000.

TONELLO, I. M. S. **Processos de análise e síntese na organização de fotografias**: um estudo multidisciplinar. 2010. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão da Informação) Universidade Estadual de Londrina.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. Resolução CEPE nº 274/2005. Disponível em: <http://www.uel.br/proex/?content=legisla.html> . Acesso em: 19 jun. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Biblioteca Central. **Normas para apresentação de trabalhos**. 6. ed. Parte 3. Curitiba: UFPR, 1996.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Faculdade de Farmácia. **Normalização de Publicações Técnico-Científicas**. Belo Horizonte: Biblioteca, 2010. Disponível em: <http://www.farmacia.ufmg.br/biblioteca/normalizacao.pdf>. Acesso em: 8 set. 2011.

VALENTIM, Marta L. Pomim. Informação e Conhecimento em Organização complexas. **Gestão da Informação e do Conhecimento**. São Paulo: Polis; Cultura Acadêmica, 2008.

ANEXOS

ANEXO A

Quadro 2 – Categorias para representação do conteúdo das imagens

CATEGORIAS	REPRESENTAÇÃO DO CONTEÚDO DAS IMAGENS
QUEM	Identificação do “objeto enfocado”, seres vivos, artefatos, construções, acidentes naturais, etc.
ONDE	Localização da imagem no “espaço”, espaço geográfico ou espaço da imagem (p. ex. São Paulo ou interior de danceteria).
QUANDO	Localização da imagem no “tempo”, tempo cronológico ou momento da imagem (p. ex. 1996, noite, verão).
COMO/OQUE	Descrição de “altitudes” ou “detalhes” relacionados ao “objeto enfocado”, quando este é um serviço (p. ex. cavalo correndo, criança trajando roupa do século XVIII).

Fonte: SMIT, Johanna W. A Representação da Imagem. **INFORMARE** – Cad. Prog. Pós Grad. Ci. Inf. v.2, n.2. Rio de Janeiro. Jul./dez., 1996. P. 32.

ANEXO B**Relatório Final do Projeto de Extensão de 01/03/2010 á 28/02/2011**

Universidade Estadual de Londrina
PROEX - Pró-Reitoria de Extensão

1

RELATÓRIO FINAL
Projetos de Extensão

Período do Relatório: 01 / 03 / 2010 à 28 / 02 / 2011.

I - IDENTIFICAÇÃO

Cadastro: 01338
Título: ATENDIMENTO ESTATÍSTICO

Data de aprovação no ÇEPE: 19/03/2008
Conclusão: 28/02/2011
Coordenador: José da Costa Soeiro
Centro/Depto: CCE/Departamento de Estatística

II – OBJETIVOS DO PROJETO**Objetivos Gerais:**

- Assessorar e orientar estatisticamente as pesquisas e trabalhos desenvolvidos pela comunidade universitária interna e externa e outras.
- Conscientizar a comunidade científica da necessidade do rigor estatístico em seus experimentos e com as publicações

Específicos:

- Orientar os alunos de graduação e pós-graduação no planejamento e nas análises estatísticas das monografias, dissertações e teses ;
- Orientar a instalação e condução de experimentos com a finalidade de diminuir os erros amostrais;
- Reduzir as deficiências estatísticas dos trabalhos científicos;
- Propagar o uso de Estatística no meio científico;
- Orientar os pesquisadores na utilização de softwares para as suas análises estatísticas e interpretação dos resultados;
- Orientar os docentes no planejamento e análises estatísticas nos projetos de pesquisa desenvolvidos na UEL;
- Promover seminários para aperfeiçoamento dos integrantes do projeto e demais interessados;
- Dar oportunidade aos acadêmicos de desenvolver e acompanhar os trabalhos científicos;
- Criar interesse em nossos acadêmicos a desenvolver pesquisas científicas;
- Propagar junto aos acadêmicos o uso de softwares estatísticos;- Promover a divulgação dos trabalhos científicos.



III – ATIVIDADES PROGRAMADAS

1. Coordenador:
 - a) Coordenar o trabalho da equipe;
 - b) Promover a divulgação do projeto junto à comunidade interna e externa;
 - c) Promover disseminação do projeto;
 - d) Redigir relatório anual das atividades desenvolvidas pelo projeto;
 - e) Promover seminários sobre metodologias abordadas nos atendimentos.
2. Supervisores:
 - a) Atender os pesquisadores na orientação dos procedimentos estatísticos adotados para a realização da análise a ser feita e auxiliar na interpretação e apresentação dos resultados da pesquisa;
 - b) Orientar os alunos estagiários quanto a metodologia utilizada em cada atendimento;
 - c) Apresentar seminários sobre metodologias abordadas nos atendimentos.
3. Técnico-Administrativo:
 - a) Esclarecer aos pesquisadores as normas de atendimento pelo projeto;
 - b) Agendar os atendimentos aos pesquisadores;
 - c) Documentar as fichas de atendimentos realizados;
 - d) Auxiliar na confecção do relatório anual do projeto.
4. Alunos estagiários:
 - a) Acompanhar os atendimentos aos pesquisadores;
 - b) Analisar e interpretar os resultados obtidos, juntamente com os professores supervisores;
 - c) Catalogar os dados e a metodologia aplicada em cada trabalho, afim de gerar um banco de dados por área, para aplicação futura em exemplos nas aulas dos docentes envolvidos.

IV - RESULTADOS OBTIDOS

- 1) Uso adequado de softwares na execução dos trabalhos pelos alunos assessorados pelos professores e orientadores.
- 2) Apresentações em Congressos e Similares:
- 3) Publicações: Trabalhos e artigos em revistas e periódicos

V - POPULAÇÃO ATENDIDA

	Qtde	Caracterização (*)	Local
2010	65	Docentes, Pesquisadores, Alunos de graduação e Pós-Graduação.	CCE/DSTA

(*) Descrever os beneficiários do Projeto de Extensão, por exemplo: Professores de 1o. grau da Rede Pública Estadual



VI - DIFICULDADES ENCONTRADAS

1) Operacionais:

Escassez em material de expediente (cartucho de toner para impressora, entre outros), bem como falta de equipamentos (computadores, impressoras e licenças de software estatísticos).

2) Acadêmicas:

a) Participação de estagiários, pois nosso Departamento não tem curso de graduação.

b) Quantidade de bolsas insuficiente, além da remuneração baixa.

b) Falta de apoio financeiro (diárias e passagens), para apresentações de trabalhos em Congressos, Simpósios, etc.

c) Os pesquisadores atendidos não atribuírem ao Projeto uma co-autoria do trabalho desenvolvido, enfatizando apenas no Projeto em seus agradecimentos, causando assim uma disseminação quase que inexistente do Grupo "Atendimento Estatístico".

VII - AVALIAÇÃO

Tabela 1 – Atendimentos por categoria

Categoria	Frequencia	Porcentagem
Docente	10	15.4
Graduação	21	32.3
Pós Graduação	34	52.3
Total geral	65	100.00

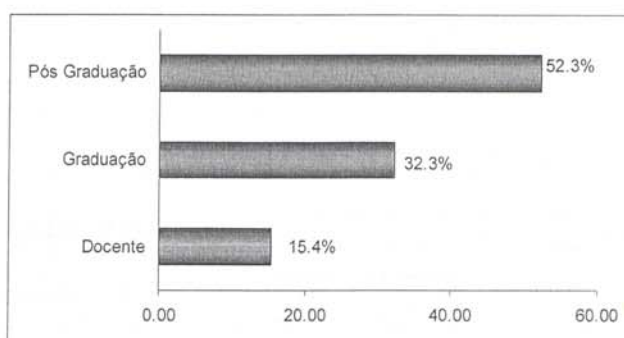


Figura 1 – Atendimentos por categoria



Tabela 2 – Atendimentos por finalidade

Finalidade	Frequencia	Porcentagem
Artigo	12	18.5
Dissertação	17	26.2
Monografia	4	6.2
Pesquisa	1	1.5
TCC	21	32.3
Tese	10	15.4
Total geral	65	100.00

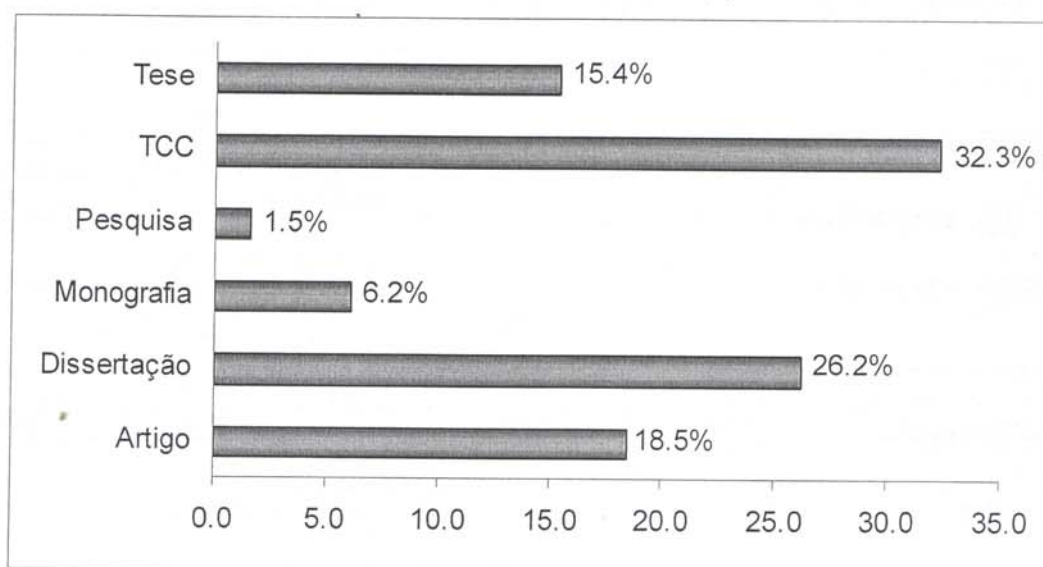


Figura 2 – Atendimentos por finalidade



Tabela 3 – Atendimentos por Centros de Estudos

Centro de Estudos	Frequencia	Porcentagem
CCA	8	12.3
CCB	15	23.1
CCE	5	7.7
CCS	20	30.8
CECA	2	3.1
CEFE	4	6.2
CESA	3	4.6
CLCH	2	3.1
CTU	3	4.6
OUTROS	3	4.6
Total geral	65	100.0

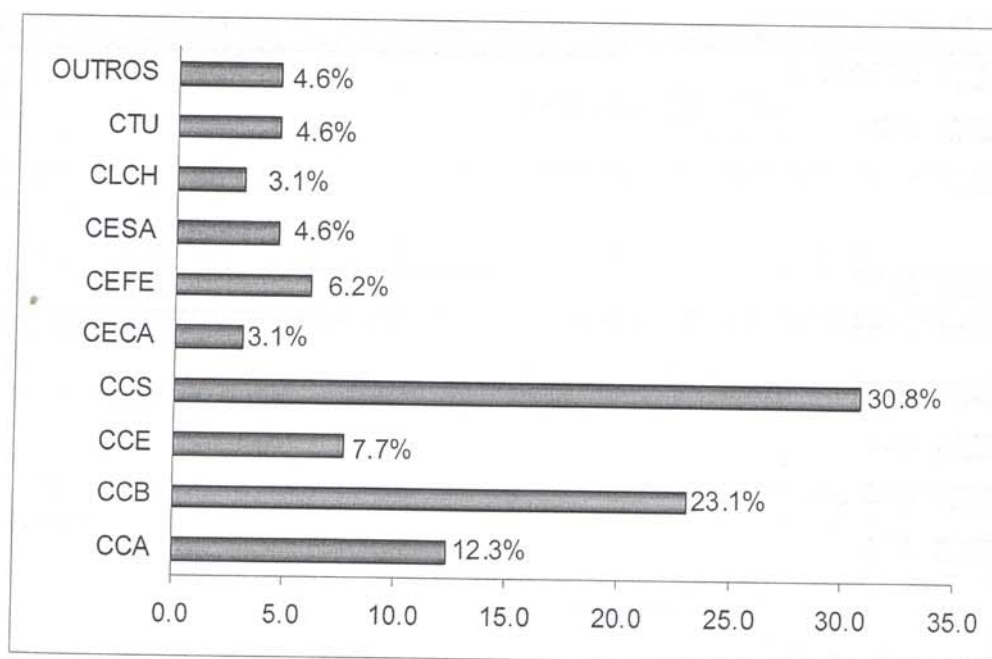


Figura 3 – Atendimentos por Centros de Estudos



VIII - DISSEMINAÇÕES COMPROVADAS (É necessário anexar comprovantes)

- 4º Congresso Nacional de Extensão Universitária/13º Encontro de Atividades científicas da UNOPAR – Universidade Norte do Paraná – 27 a 29/10/2010

- I Jornada de Extensão UEL/UENP: Diálogos e práticas – 24 e 25/11/2010

- Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

1. Marcia Regina Pizzo de Castro, Matsuo, Tiemi, NUNES, Sandra Odebrecht Vargas
Características Clínicas e qualidade de vida de fumantes em um centro de referência de abordagem e tratamento do tabagismo. *Jornal Brasileiro de Pneumologia (Impresso)*, v.36, p.67 - 74, 2010.

2. Luis Alberto Batista Peres, Matsuo, Tiemi, Hi Kyung Ann, CAMARGO, M. T. A., ROHDE, Noris R S, Vanessa S. M. Uscocovich, Álvaro Ferdinando Scremin, Andressa Maria de Oliveira, Bruna Lunardi Dal Bello, Camila Garcia Sommer, Denise Cardoso dos Santos, Eduardo de Toni Vieira
Causas de óbitos em pacientes renais crônicos em programa dialítico. *Revista da Sociedade Brasileira de Clínica Médica*, v.8, p.1 - 5, 2010.

3. Luis Alberto Batista Peres, Rubia Biela, Michelle Herrmann, Matsuo, Tiemi, Hi Kyung Ann, Maurício T. A. Camargo, ROHDE, N. R., Vanessa S. M. Uscocovich
Estudo epidemiológico da doença renal crônica terminal no Oeste do Paraná. Uma experiência de 878 casos atendidos em 25 anos. *Jornal Brasileiro de Nefrologia*, v.32, p.51 - 56, 2010.

4. Saad FF, MORIMOTO, Helena Kaminami, WIECHMANN, Susana Lilian, BONAMETTI, Ana Maria, Ueda LT, Matsuo, Tiemi, Vissoci Reiche,
Frequency and diversity of human immunodeficiency virus type 1 mutations associated with antiretroviral resistance among patients from Southern Brazil failing highly active antiretroviral therapy (HAART). *International Journal of Molecular Medicine*, v.26, p.585 - 593, 2010.

5. Grion, Cintia M. C., Cardoso, Lucienne T. Q., Perazolo, Tatianna F., Garcia, Alexandre S., Barbosa, Décio S., MORIMOTO, Helena Kaminami, Matsuo, Tiemi, Carrilho, Alexandre J. F.
Lipoproteins and CETP levels as risk factors for severe sepsis in hospitalized patients. *European Journal of Clinical Investigation (Print)*, v.40, p.330 - 338, 2010.

6. Simão ANC, Lozovoy MAB, Simão TNC, DICHÍ, Jane Bandeira, Matsuo, Tiemi, DICHÍ, Isaias
Nitric oxide enhancement and blood pressure decrease in patients with metabolic syndrome using soy protein or fish oil. *Arquivos Brasileiros de Endocrinologia e Metabologia (Impresso)*, v.54, p.540 - 545, 2010.

7. Bernardes, Sara Santos, Turini, Conceição Aparecida, Matsuo, Tiemi
Perfil das tentativas de suicídio por sobredose intencional de medicamentos atendidas por um Centro de Controle de Intoxicações do Paraná, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública (ENSP. Impreso)*, v.26, p.1366 - 1372, 2010.

8. Elza H.T. Anamía, Cintia M.C. Grion, Lucienne T.Q. Cardoso, Ivanil A.M. Kauss, Maria C. Thomazini, Hugo B. Zampa, Ana M. Bonametti, Matsuo, Tiemi
Serial evaluation of SOFA score in a Brazilian. *Intensive and Critical Care Nursing*, v.26, p.75 - 82, 2010.

9. de Souza, Rogério F., de Carvalho, Marcelo, Matsuo, Tiemi, Zaia, Dimas A.M.
Study on the opinion of university students about the themes of the origin of Universe and evolution of life. *International Journal of Astrobiology*, v.9, p.109 - 117, 2010.

Londrina, 21 de março de 2011

Assinatura do coordenador do projeto



VIII - DISSEMINAÇÕES COMPROVADAS (É necessário anexar comprovantes)

SOEIRO, José da C.; YOTSUMOTO, Ana S.; MESSETTI, Ana V. L.; JUNIOR, Carlos A. A.; STRAPASSON, Elizabeth; ZAMBOTI, Jacinta L.; RAMINELLI, Jaqueline A.; DALMAS, José C.; MEDRI, Vândir; MEDRI, Waldir. Atendimento Estatístico. In: Congresso Nacional de Extensão Universitária/13º Encontro de Atividades científicas. 4, Londrina. **Anais...** Londrina: UNOPAR – Universidade Norte do Paraná, 27 a 29/10/2010.

SOEIRO, José da C.; YOTSUMOTO, Ana S.; MESSETTI, Ana V. L.; JUNIOR, Carlos A. A.; STRAPASSON, Elizabeth; ZAMBOTI, Jacinta L.; RAMINELLI, Jaqueline A.; DALMAS, José C.; MEDRI, Vândir; MEDRI, Waldir. Atendimento Estatístico. In: Diálogos e práticas. I Jornada de Extensão UEL/UENP. Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 24 e 25/11/2010.

PERES, Luis A. B.; MATSUO Tiemi; ANN Hi K.; CAMARGO, Maurício T. A.; ROHDE, Noris R. S.; USCOCOVICH, Vanessa S. M.; SCREMIN, Álvaro F.; OLIVEIRA, Andressa M.; DAL BELLO, Bruna L.; SOMMER, Camila G.; SANTOS, Denise C.; VIEIRA, Eduardo T.. Causas de óbitos em pacientes renais crônicos em programa dialítico. In: Simpósio Médico. 5, Cascavel. **Anais...** Cascavel: 1 a 4/9/2010.

JS

PERES, Luis A. B.; RIBAS, Tailla M.; FRANCESCON, Paulo V. M.; SCHMIDT, Raysa C.; COIMBRA, Renan M.; NACKE, Roberto A. B.; ALMEIDA, Rogério C.; LANGER, Sarah S.; BARROS, Tiago D.; MATSUO, Tiemi. Apresentação clínica de pacientes pediátricos com nefrolitíase: análise de 125 casos. . In: Simpósio Médico. 5, Cascavel. **Anais...** Cascavel: 1 a 4/9/2010.

PERES, Luis A. B.; RIBAS, Tailla M.; FRANCESCON, Paulo V. M.; SCHMIDT, Raysa C.; COIMBRA, Renan M.; NACKE, Roberto A. B.; ALMEIDA, Rogério C.; LANGER, Sarah S.; BARROS, Tiago D.; MATSUO, Tiemi. Alterações antômicas encontradas em pacientes pediátricos com litíase renal no Hospital Universitário do Oeste do Paraná. In: Simpósio Médico. 5, Cascavel. **Anais...** Cascavel: 1 a 4/9/2010.

- Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

PERES, Luis A. B.; MATSUO, Tiemi, Hi K. A.; CAMARGO, M. T. A.; ROHDE, Noris R. S.; USCOCOVICH, Vanessa S. M.; SCREMIN, Álvaro F.; OLIVEIRA, Andressa M. O.; DALL BELLO, Bruna L.; SOMMER, Camila G.; SANTOS, Denise C.; VIEIRA, Eduardo T. Causas de óbitos em pacientes renais crônicos em programa dialítico. **Revista da Sociedade Brasileira de Clínica Médica**, São Paulo, v.8, p.1 - 5, nov. - dez., 2010.



PERES, Luis A. B., BIELA, Rubia ; HERMANN, Michelle ; MATSUO, Tiemi; Hi, Kyung A., CAMARGO, Mauricio T. A. ; ROHDE, N. R., USCOCOVICH, Vanessa S. M. Estudo epidemiológico da doença renal crônica terminal no Oeste do Paraná: uma experiência de 878 casos atendidos em 25 anos. **Jornal Brasileiro de Nefrologia**, São Paulo, v.32, p.51 - 56, 2010.

SIMÃO, Andréa N. C.; LOSOVOY, Marcell A.B.; SIMÃO, Tathiana N.C. ; DICHI, Jane B.; MATSUO, Tiemi.; DICHI, Isaias. Aumento de óxido nítrico e diminuição de pressão sanguínea em apcientes com síndrome metabólica em uso de proteína de soja ou óleo de peixe. **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia e Metabologia** (Impresso), São Paulo, v.54, p.540 - 545, 2010.

BERNARDES, Sara S.; TURINI, Conceição A.; MATSUO, Tiemi. Perfil das tentativas de suicídio por overdose intencional de medicamentos atendidas por um Centro de Controle de Intoxicações do Paraná, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública** (ENSP. Impresso), Rio de Janeiro, v.26, p.1366 - 1372, 2010.

Londrina, 28 de março de 2011

Assinatura do coordenador do projeto



Universidade Norte do Paraná

Credenciada pelo Decreto Federal de 03 de julho de 1997.

Certificado

Certificamos que **José da Costa Soeiro** participou do trabalho "ATENDIMENTO ESTATÍSTICO", de autoria de José da Costa Soeiro, Ana Satié Yotsumoto, Ana Vergínia Libos Messette, Elizabeth Strapasson, Jacinta Ludovico Zamboti, Jaqueline Aparecida Raminelli, João Batista Martins, José Carlos Dalmas, Silvano Cesar da Costa e Vanderli Marino Melem, apresentado no 4º Congresso Nacional de Extensão Universitária / 13º Encontro de Atividades Científicas da Unopar, realizado no período de 27 a 29 de outubro de 2010.

Londrina, 05 de novembro de 2010.

Hélio H. Sugimoto
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Sônia Maria Mendes França
Pró-Reitora de Extensão



APRESENTAÇÃO CLÍNICA DE PACIENTES PEDIÁTRICOS COM NEFROLITÍASE. ANÁLISE DE 125 CASOS

PERES¹, Luis Alberto Batista; RIBAS², Tailla Michelle; FRANCESCON², Paulo Víctor Muller; SCHMIDT², Raysa Cristina; COIMBRA², Renan Macedo; NACKE², Roberto Arthur Bavaresco; ALMEIDA², Rogério Cavalcante de; LANGER², Sarah Sella; BARROS², Tiago Dahrug; MATSUO³, Tiemi.
E-mail: tailla.tmr@hotmail.com

- 1- Professor Adjunto da disciplina de Nefrologia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Cascavel, Paraná.
- 2- Acadêmico do Curso de Medicina da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Cascavel, Paraná.
- 3 - Professora Associada do Departamento de Estatística. Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, Paraná.

Resumo

A apresentação clínica de nefrolitíase em pacientes pediátricos é diferente da de adultos, ocorrendo mais hematúria macroscópica e menos quadros típicos de cólica renal. O objetivo do presente trabalho é descrever as apresentações clínicas em pacientes pediátricos com diagnóstico de nefrolitíase. Foram levantados os prontuários de pacientes com idade menor ou igual a 18 anos, com evidência de litíase urinária, atendidos no ambulatório do Hospital Universitário do Oeste do Paraná e na Renalclín Oeste, no período de julho de 2000 a julho de 2010. Foram coletados os seguintes dados: idade, gênero e apresentação clínica. Os pacientes foram divididos em duas faixas etárias, maiores ou iguais a 10 anos e menores de 10 anos de idade. As variáveis foram comparadas utilizando os testes do qui-quadrado e Exato de Fisher. Um valor de $p < 0,05$ foi considerado estatisticamente significativo. Foram revisados 158 prontuários, sendo que em 125 houve descrição da apresentação clínica. Quatro pacientes, dois de cada faixa etária, apresentaram associação de cólica renal e hematúria. A idade média dos pacientes foi de $11,2 \pm 4,8$ anos, sendo 63 (50,4%) do gênero masculino. As apresentações clínicas mais comuns foram: cólica renal (67,2%) e hematúria (25,6%). Quando avaliamos as duas faixas etárias observamos que pacientes menores de 10 anos apresentaram mais comumente hematúria e os maiores ou iguais a 10 anos, cólica renal ($p < 0,05$). Estes dados são concordantes com a literatura.

Palavras-chave: Nefrolitíase, crianças, apresentação clínica



**ALTERAÇÕES ANATÔMICAS ENCONTRADAS EM PACIENTES
PEDIÁTRICOS COM LITÍASE RENAL NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO
DO OESTE DO PARANÁ.**

PERES¹, Luis Alberto Batista; COIMBRA², Renan Macedo; FRANCESCON², Paulo Victor Muller; SCHMIDT², Raysa Cristina; NACKE², Roberto Arthur Bavaresco; ALMEIDA², Rogério Cavalcante de; LANGER², Sarah Sella; RIBAS², Tailla Michelle; BARROS², Tiago Dahrug; MATSUO³, Tiemi
E-mail: renancoimbra@hotmail.com

- 1- Professor Adjunto da disciplina de Nefrologia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Cascavel, Paraná.
- 2- Acadêmico do Curso de Medicina da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Cascavel, Paraná.
- 3 - Professora Associada do Departamento de Estatística, Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, PR, Brasil

Resumo

Nefrolitíase é uma doença multifatorial e tem relação com desordens genéticas e fatores ambientais. Cálculos renais são mais comuns em adultos e são associados com várias desordens metabólicas e anatômicas. As principais anormalidades anatômicas como obstrução da junção ureteropélvica, rim em ferradura, ureter duplicado completa ou incompletamente, pelve bífida e rim esponja medular são conhecidos como os responsáveis pela formação dos cálculos. Os objetivos deste estudo são avaliar alterações anatômicas em crianças com nefrolitíase em nossa região. Foi realizado um levantamento retrospectivo de 158 pacientes com evidência de formação recente de cálculos renais. Investigação laboratorial e análise química foram realizadas quando houve disponibilidade. Técnicas de imagens renais incluíram ecografia renal e urografia excretora. 158 pacientes com nefrolitíase foram investigados, dentre os quais somente 72 (45,6%) foram submetidos à investigação anatômica completa e 13 (18,1%) tiveram pelo menos uma alteração. A idade média foi de 11 (variando de quatro meses a 18 anos). As alterações anatômicas mais freqüentemente encontradas foram duplicação pieloureteral, cisto renal, bexiga neurogênica, estenose de junção ureteropélvica, estenose ureteral, pelve extra renal, rim em ferradura e rins policísticos. Alterações anatômicas foram encontradas em 18,1% dos pacientes investigados. Duplicação pieloureteral, cisto renal e bexiga neurogênica foram as alterações anatômicas mais comuns neste grupo.

Palavras-chave: litíase renal, alterações anatômicas, crianças.

Causas de óbitos em pacientes renais crônicos em programa dialítico*

Causes of death in chronic kidney dialysis patients

Luis Alberto Batista Peres¹, Tiemi Matsuo², Hi Kyung Ann³, Maurício T. A. Camargo³, Noris R. S. Rohde³, Vanessa S. M. Usocovich⁴, Álvaro Ferdinando Scremin⁵, Andressa Maria de Oliveira⁵, Bruna Lunardi Dal Bello⁵, Camila Garcia Sommer⁵, Denise Cardoso dos Santos⁵, Eduardo de Toni Vieira⁵

*Recebido da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Cascavel, PR.

RESUMO

JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS: A terapia de diálise e uremia pode contribuir para a aterosclerose em pacientes de diálise. Conta-se quase 40% do total de óbitos de causa cardíaca entre os pacientes que recebem terapia de substituição renal. O objetivo deste estudo foi avaliar as causas de óbito em uma unidade de diálise nos últimos 10 anos.

MÉTODO: Estudo epidemiológico retrospectivo. Foram revisados prontuários de pacientes que foram submetidos à diálise e que evoluíram para óbito. Para comparar as variáveis foram utilizados os testes do Qui-quadrado, Mann-Whitney e o Exato de Fisher. O valor de $p < 0,05$ foi considerado estatisticamente significativo.

RESULTADOS: A idade média desses pacientes foi de $57,3 \pm 14,6$ anos e houve predomínio do sexo masculino (64%). A principal causa de óbito foi cardiovascular (66%).

CONCLUSÃO: Um melhor entendimento dos fatores de risco cardiovasculares, abordagem diagnóstica e terapêutica são chaves fundamentais para desenvolver estratégias para reduzir a mortalidade por doenças cardiovasculares entre estes pacientes.

Descritores: Causas de morte, Diálise, Falência renal crônica, Mortalidade.

SUMMARY

BACKGROUND AND OBJECTIVES: Dialysis therapy and factors uremic may contribute to the atherosclerosis in dialysis patients. Cardiac death accounts for almost 40% of total deaths among patients who receive renal replacement therapy. The objective of this study is to evaluate causes of deaths in a dialytic in the last of ten years.

METHOD: This is a retrospective epidemiological study. We reviewed medical records of patients on dialysis and who died in the period mentioned above. To compare the variables were used: Chi-square, Mann-Whitney and Fishers Exact tests. A p value < 0.05 was considered statistically significant.

RESULTS: Mean age of this patient was 57.3 ± 14.6 years and 64% of them were male. The main cause of death was cardiovascular disease (66%).

CONCLUSION: A better understanding of cardiovascular risk factors, diagnostic approach and management are central keys to develop strategies to reduce cardiovascular mortality among those patients.

Keywords: Cause of death, Dialysis, Kidney disease, Mortality.

INTRODUÇÃO

A doença renal crônica (DRC) em estágio avançado em programa dialítico apresenta elevada mortalidade. A causa cardiovascular contribui com mais de 50% de todas as causas nesta população^{1,2}. Outras causas descritas incluem a sepse, as neoplasias e a desnutrição, além daquelas sem causa definida, ditas indeterminadas³. Pacientes com DRC renal crônica avançada apresentam elevado risco cardiovascular. Óbitos de causa cardiovascular são responsáveis por quase 40% do total de óbitos entre pacientes que são submetidos à terapia renal substitutiva, sendo o infarto agudo do miocárdio (IAM) responsável por aproximadamente 20% dos óbitos de causa cardiovascular^{4,5}.

Além da alta prevalência de fatores de risco cardiovascular tradicionais como diabetes *mellitus* e hipertensão arterial, estes pacientes apresentam os fatores de risco relacionados à uremia, como a hiperfibrinogenemia, a hiperhomocisteinemia, a hipouricemia, a hiperleptinemia, as anormalidades da lipoproteína A e do genótipo relacionado à apolipoproteína E⁷⁻¹⁰. Alguns fatores considerados de risco na população geral têm sido considerados protetores na população em diálise, como a obesidade, hiperuricemia e hiperlipidemia, fenômeno chamado de epidemiologia reversa¹¹.

1. Nefrologista da Renalclín Oeste Ltda; Professor Adjunto de Nefrologia do Curso de Medicina da Universidade Estadual do Oeste do Paraná e do Curso de Medicina da Faculdade Assis Gurgacz. Cascavel, PR, Brasil

2. Professora Associada do Departamento de Estatística. Universidade Estadual de Londrina (UEL). Londrina, PR, Brasil

3. Nefrologista da Renalclín Oeste Ltda. Cascavel, PR, Brasil

4. Nefrologista da Renalclín Oeste Ltda; Professora de Nefrologia do Curso de Medicina da Faculdade Assis Gurgacz. Cascavel, PR, Brasil

5. Acadêmico do Curso de Medicina da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel, PR, Brasil

Apresentado em 06 de agosto de 2010

Aceito para publicação em 22 de novembro de 2010

Endereço para correspondência:
Dr. Luis Alberto Batista Peres
R. São Paulo, 769/901 – Centro
85801-020 Cascavel, PR.
E-mail: peres@cercto.com.br

© Sociedade Brasileira de Clínica Médica

Estudo epidemiológico da doença renal crônica terminal no Oeste do Paraná. Uma experiência de 878 casos atendidos em 25 anos

Epidemiological study of end-stage renal disease in Western Paraná. An experience of 878 cases in 25 years

Autores

Luis Alberto Batista Peres
Rubia Biela
Michelle Herrmann
Tiemi Matsuo
Hi Kyung Ann
Maurício T. A. Camargo
Noris R. S. Rohde
Vanessa S. M. Uscocovich

Universidade Estadual de Londrina UEL
Universidade Estadual do Oeste do Paraná UNIOESTE

Data de submissão: 19/08/2009
Data de aprovação: 07/12/2009

Correspondência para:
Luis Alberto Batista Peres
Rua São Paulo, 469, apt. 901
Cascavel - Paraná - Brasil
CEP: 8580-1020
Tel: (45) 3224-4744
E-mail: peres@certto.com.br

Declaramos a inexistência de conflitos de interesse.

RESUMO

Introdução: A incidência e prevalência dos pacientes em fase final da doença renal crônica (DRC) continuam a crescer em todo o mundo. O transplante renal continua tendo preferência na terapia renal substitutiva, mas, dada a limitada oferta de doadores de órgãos, terapias dialíticas são as modalidades mais realizadas. **Objetivos:** Avaliar um registro de pacientes admitidos para terapia renal substitutiva no período de 1984 a 2009, em um único Centro. **Métodos:** Este é um estudo epidemiológico retrospectivo. Foram analisadas as características demográficas e clínicas, incidência, principal doença renal de base, modalidades dialíticas, mortalidade e causas de óbitos. Para comparar as variáveis, foram utilizados o teste do qui-quadrado, teste *t* de Student, ANOVA e teste de Tukey. Curvas de Kaplan-Meier foram utilizadas para estimar a sobrevivência dos pacientes. Um valor de $p < 0,05$ foi considerado estatisticamente significativo. **Resultados:** No período compreendido, 878 pacientes foram admitidos em diálise. A média de idade dos pacientes foi $47,0 \pm 16,2$ anos, 549 (62,5%) eram do sexo masculino e 712 (81,1%) eram brancos. As principais causas da DRC foram a hipertensão, encontrada em 351 (40,0%) pacientes; nefropatia diabética, em 174 (19,8%); e glomerulonefrite crônica, em 180 (20,5%) pacientes. A principal modalidade dialítica foi a hemodiálise. A taxa de mortalidade em um ano foi de 10,4%. As causas mais comuns de morte foram as cardiovasculares, em 126 (34,6%) pacientes. **Conclusões:** Neste estudo esta coorte de pacientes apresentou baixa mortalidade. A doença cardiovascular permanece a principal causa de óbito na população com doença renal crônica em estágio terminal. Triagem para doença cardiovascular é altamente recomendada para esses pacientes. **Palavras-chave:** doença renal crônica, terapia renal substitutiva, hemodiálise.

[J Bras Nefrol 2010;32(1):51-56] © Elsevier Editora Ltda.

ABSTRACT

Introduction: The incidence and prevalence of treated end-stage chronic renal disease (CRD) patients continue to grow throughout the world. Renal transplantation remains the preferred form of renal substitutive therapy, but given the limited number of donors, dialytic therapies are the most common modalities. **Objectives:** To assess a registry of patients admitted for renal substitutive therapy at a single centre from 1984 to 2009. **Methods:** This is a retrospective epidemiological study. The following were analyzed: demographic and clinical characteristics; incidence of CRD; underlying renal disease; dialysis modalities; mortality; and causes of death. The variables were compared by using the chi-square test, Student *t* test, ANOVA, and Tukey test. Kaplan-Meier curves were used to estimate patient's survival. A p value < 0.05 was considered statistically significant. **Results:** In the period studied, 878 patients were admitted to dialysis. Their mean age was 47.0 ± 16.2 years, 549 (62.5%) were males, and 712 (81.1%) were white. The major cause of CRD was hypertension in 351 (40.0%) patients, diabetic nephropathy in 174 (19.8%), and chronic glomerulonephritis in 180 (20.5%) patients. The main dialytic modality was hemodialysis. The one-year mortality rate was 10.4%. The most common cause of death was cardiovascular, affecting 126 (34.6%) patients. **Conclusions:** The cohort of patients studied had a low mortality rate. Cardiovascular disease remains the most common cause of death in end-stage chronic renal disease. Screening for cardiovascular disease is highly recommended for those patients.

Keywords: chronic renal disease, renal substitutive therapy, hemodialysis

3

Nitric oxide enhancement and blood pressure decrease in patients with metabolic syndrome using soy protein or fish oil

Aumento de óxido nítrico e diminuição da pressão sanguínea em pacientes com síndrome metabólica em uso de proteína de soja ou óleo de peixe

Andréa Name Colado Simão¹, Marcell Alysson Batisti Lozovoy², Tathiana Name Colado Simão³, Jane Bandeira Dichi⁴, Tiemi Matsuo⁵, Isaias Dichi⁶

ABSTRACT

Objective: To verify the effects of fish oil and soy on nitric oxide (NO) and blood pressure in patients with metabolic syndrome (MS). **Subjects and methods:** Sixty women with MS were investigated in a parallel randomized design study. The first group maintained their usual diet; the second group received 25 g/day of soy; the third group received 3 g/day of n-3 fatty acids, and the fourth group the same amount previously cited of n-3 fatty acids and soy. **Results:** Serum nitric oxide metabolites showed significant increase after 90 days in the fish oil and soy groups. Systolic pressure reduced after 45 days of treatment with fish oil, whereas diastolic pressure decreased significantly throughout the study in the soy group. **Conclusions:** NO increase and blood pressure reduction with fish oil or soy protein reinforce the importance of the influence of NO on blood pressure in patients with MS. *Arq Bras Endocrinol Metab.* 2010;54(6):540-5

Keywords

Metabolic syndrome; soy; fish oil; blood pressure; nitric oxide

RESUMO

Objetivo: Verificar o efeito do óleo de peixe e soja sobre o óxido nítrico (NO) e a pressão arterial em pacientes com síndrome metabólica (SM). **Sujeitos e métodos:** Sessenta mulheres com SM foram avaliadas em estudo paralelo randomizado. O primeiro grupo manteve sua dieta habitual, o segundo grupo recebeu 25 g/dia de soja, o terceiro grupo recebeu 3 g/dia de ácidos graxos n-3 e o quarto grupo, a mesma quantidade citada anteriormente de ácidos graxos n-3 e soja. **Resultados:** Os níveis séricos de metabólitos de NO foram significativamente superiores após 90 dias de intervenção com soja ou óleo de peixe. Somente o grupo que recebeu o óleo de peixe apresentou redução na pressão sistólica após 45 dias. Já a soja reduziu a pressão diastólica em 45 e 90 dias. **Conclusões:** O aumento de NO e a redução da pressão arterial com óleo de peixe ou proteína de soja reforçam a influência do óxido nítrico sobre a pressão arterial em pacientes com SM. *Arq Bras Endocrinol Metab.* 2010;54(6):540-5

Descritores

Síndrome metabólica; soja; óleo de peixe; pressão arterial; óxido nítrico

¹ Departamento de Patologia, Análises Clínicas e Toxicologia, Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, PR, Brazil
² Departamento de Análises Clínicas, Universidade Norte do Paraná (Unopar), Londrina, PR, Brazil
³ Departamento de Nutrição Clínica, Unopar, Londrina, PR, Brazil
⁴ Departamento de Medicina Interna, UEL, Londrina, PR, Brazil
⁵ Departamento de Estatística, UEL, Londrina, PR, Brazil

Correspondence to:
 Isaias Dichi
 Departamento de Medicina Interna
 Rua Robert Koch, 60
 Universidade Estadual de Londrina
 86038-440 – Londrina, PR, Brazil
 dichi@sercomtel.com.br

Received on May/10/2010
 Accepted on July/10/2010

Copyright © 2010, Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia

INTRODUCTION

Metabolic syndrome (MS) comprises pathological conditions that include insulin resistance, arterial hypertension, visceral adiposity and dyslipidemia,

which favors the development of cardiovascular diseases (1). Existing evidence suggests that MS is rising in developed countries (2). Some studies performed in Brazil have demonstrated high prevalence in the

Perfil das tentativas de suicídio por sobredose intencional de medicamentos atendidas por um Centro de Controle de Intoxicações do Paraná, Brasil

Profile of suicide attempts using intentional overdose with medicines, treated by a poison control center in Paraná State, Brazil

Sara Santos Bernardes¹
 Conceição Aparecida Turini¹
 Tiemi Matsuo²

Abstract

¹ Centro de Ciências da Saúde, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Brasil.
² Centro de Ciências Exatas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Brasil.

Correspondência
 S. S. Bernardes
 Centro de Ciências da Saúde,
 Universidade Estadual de
 Londrina,
 Av. Robert Koch 60, Londrina,
 PR 86039-440, Brasil.
 sara.sbernardes@gmail.com

This study presents the profile of suicide attempts using intentional overdose with medicines, treated at the Poison Control Center in Londrina, Paraná State, Brazil. A retrospective study of cases treated from 1997 to 2007 was performed. Suicide attempts were significant among unemployed men, housewives, and retired women, and there was an association with other substances in 51.5% of the cases, with a higher frequency among men. 51.1% of the men combined the medicine with an alcoholic beverage, while in women, 84.8% of the associations involved other medicines. The most frequent pharmacological groups were tranquilizers (25.5%), antidepressants (17%), anticonvulsants (15%), and NSAIDs (11.9%). Prescribers must evaluate patients correctly before prescribing psychoactive drugs, since this is the pharmacological group most frequently associated with suicide attempts. Awareness-raising campaigns for rational use of medicines and social programs for suicidal patients should also help decrease the frequency of such cases.

Attempted Suicide; Drug Utilization; Overdose

Introdução

Há alguns anos, o comportamento suicida vem tomando impulso em termos numéricos em todo o mundo. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o índice de suicídio aumentou 60% em 45 anos, e a mortalidade global por suicídio vem migrando do tradicional grupo de idosos do sexo masculino para o de indivíduos mais jovens de ambos os sexos¹. Estima-se que, no ano de 2003, aproximadamente, 900 mil pessoas tiraram a própria vida². A taxa oficial de suicídio no Brasil é, aproximadamente, 4,1 por 100 mil habitantes, contra 16 por 100 mil habitantes em nível mundial¹. Essa taxa varia de acordo com o estado e a região do país, sendo a taxa de suicídio da Região Sul, igual a 25,2 por 100 mil habitantes, a mais alta³. Entretanto, como se trata de um país populoso, o Brasil está entre os dez países com maiores números absolutos de suicídio, sendo 7.987 mortes em 2004⁴. Entre as pessoas que se suicidaram no país em 2004, 55% tinham menos de 40 anos de idade, sendo que o suicídio correspondeu a 3% do total de óbitos dessa faixa etária⁵.

Acredita-se que as tentativas de suicídio superem o número de suicídios em, pelo menos, dez vezes, porém os registros oficiais sobre tentativas de suicídio são mais escassos e menos confiáveis do que os de suicídio⁴. A OMS define tentativa de suicídio como um ato de conseqüências não fatais no qual o indivíduo inicia deliberadamente um comportamento que lhe causará



CAUSAS DE ÓBITOS EM PACIENTES RENAIIS CRÔNICOS EM PROGRAMA DIALÍTICO.

PERES¹, Luis Alberto Batista; MATSUO², Tiemi; ANN³, Hi Kyung; CAMARGO³, Maurício T. A.; ROHDE³, Noris R. S.; USCOCOVICH⁴, Vanessa S. M.; SCREMIN⁵, Álvaro Ferdinando; OLIVEIRA⁵, Andressa Maria de; DAL BELLO⁵, Bruna Lunardi; SOMMER⁵, Camila Garcia; SANTOS⁵, Denise Carodoso dos; VIEIRA⁵, Eduardo de Toni
e-mail: peres@certto.com.br.

- 1- Nefrologista da Renalclin Oeste Ltda, Professor Adjunto de Nefrologia do Curso de Medicina da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e do Curso de Medicina da Faculdade Assis Gurgacz (FAG), Cascavel, PR.
- 2- Professora Associada do Departamento de Estatística. Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, PR.
- 3- Nefrologista da Renalclin Oeste Ltda, Cascavel, PR.
- 4- Nefrologista da Renalclin Oeste Ltda e Professora de Nefrologia do Curso de Medicina da Faculdade Assis Gurgacz (FAG), Cascavel, PR.
- 5- Acadêmico do Curso de Medicina da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Cascavel, PR.

Resumo

A terapia de diálise e a uremia podem contribuir para a aterosclerose em pacientes de diálise. Conta-se quase 40% do total de óbitos de causa cardíaca entre os pacientes que recebem terapia de substituição renal. Nosso objetivo foi avaliar as causas de óbito em uma unidade de diálise nos últimos 10 anos. A idade média dos pacientes foi de $57,3 \pm 14,6$ anos com predomínio do sexo masculino (64%). A principal causa de óbito foi a cardiovascular (66%). Um melhor entendimento dos fatores de risco cardiovasculares, abordagem diagnóstica e terapêutica são chaves fundamentais para desenvolver estratégias para reduzir a mortalidade por doenças cardiovasculares entre estes pacientes.

Palavras-chave: Causas de morte, diálise, doença renal crônica.

Introdução

A doença renal crônica em estágio avançado em programa dialítico apresenta elevada mortalidade. A causa cardiovascular contribui com mais de 50% de todas as causas nesta população (GANESH et al., 2003; BLOEMBERGEN et al., 1994). Outras causas descritas incluem a sepse, neoplasias e desnutrição, além daquelas em causa definida, ditas indeterminadas (GANESH et al., 2003).

Pacientes com doença renal crônica avançada apresentam elevado risco cardiovascular. Óbitos de causa cardiovascular são responsáveis por

ANEXO C

RESOLUÇÃO CEPE Nº 274/2005

RESOLUÇÃO CEPE Nº 274/2005

Estabelece normas e procedimentos específicos para projetos de Pesquisa em Ensino de Graduação, Pesquisa, Extensão e Integrados.

CONSIDERANDO que os projetos de pesquisa em ensino de graduação, pesquisa, extensão e integrados constituem parte integrante e indissociável do processo educativo vivenciado nesta Universidade;

CONSIDERANDO a necessidade de reconhecer a produção acadêmica e científica docente facilitando a tramitação de projetos e incentivando seu cadastramento na Instituição;

CONSIDERANDO as recomendações do Fórum de Pesquisa UEL/2003;

CONSIDERANDO as novas diretrizes curriculares definidas pelo Conselho Nacional de Educação a partir da LDB, o Projeto Político Pedagógico Institucional da UEL e a reformulação dos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UEL;

CONSIDERANDO a necessidade de atualizar os procedimentos nas Pró-Reitorias envolvidas;

CONSIDERANDO o estudo da Comissão designada pelo CEPE pela Portaria nº 0897/2005 para esse fim, processo 4888/2005;

CONSIDERANDO os pronunciamentos contidos no Processo nº 4888/2005;

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO aprovou e eu, Vice-Reitor, no exercício do cargo de Reitor, sanciono a seguinte Resolução:

TÍTULO I

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta resolução caracteriza os projetos de pesquisa em ensino de graduação, pesquisa, extensão e integrados e normatiza a apresentação, tramitação, aprovação, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação destes projetos no âmbito da Universidade Estadual de Londrina.

TITULO II CARACTERIZAÇÃO

- Art. 2º Projetos de pesquisa em ensino de graduação constituem um conjunto de atividades de caráter temporário que visa a reflexão e melhoria do processo de ensino/aprendizagem nos cursos de graduação
- Art. 3º Projetos de extensão constituem um conjunto de atividades temporárias de caráter educativo, cultural, artístico e/ou científico, desenvolvidos obrigatoriamente por docentes e discentes através de ações sistematizadas, voltadas a questões sociais relevantes.
- Art. 4º Projetos de pesquisa devem ser entendidos como um conjunto de procedimentos temporalmente situados, com a finalidade de garantir a consecução de pesquisa que contemple a promoção, a atualização, o aprimoramento e produção do conhecimento científico, cultural, artístico e tecnológico.
- Art. 5º Projetos integrados são aqueles que contemplam em todas as suas fases ou parte delas, ações conjuntas e inter-relacionadas nas áreas de Ensino/Pesquisa/Extensão, Pesquisa/Extensão, Pesquisa/Ensino ou Ensino/Extensão.

TITULO III DISPOSIÇÕES COMUNS CAPITULO I PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS

- Art. 6º. Os projetos de pesquisa em ensino de graduação, extensão, pesquisa e integrados dos Departamentos deverão, obrigatoriamente, ser cadastrados nas respectivas Pró-Reitorias, e os encargos atribuídos a docentes nestes projetos serão computados nas cargas horárias contratuais dos respectivos docentes.
- Art. 7º Para os docentes em regime de 40 horas semanais, a carga horária a ser concedida por projeto será de até 12 (doze) horas semanais para o Coordenador do mesmo, e de até 10 (dez) horas semanais para os Colaboradores.
- § 1º Para os docentes contratados em outros regimes de trabalho, a carga horária atribuída deverá manter a proporcionalidade apresentada no "caput" deste artigo.
- § 2º Quando houver participação em mais de um projeto de pesquisa em ensino de graduação, extensão, pesquisa ou integrado, a carga horária a ser concedida para cada docente será de até 40% da sua carga horária contratual.
- Art. 8º As categorias de participação docente em projetos, são definidas como:
- I- Coordenador: responde pelo projeto, coordena as ações da equipe, recebe e dá encaminhamento às correspondências, elabora relatórios, convoca e coordena reuniões, além de executar atividades inerentes ao projeto, com carga horária obrigatória;
 - II- Colaborador: participa no todo ou em parte das atividades do projeto, com carga horária e podendo ou não orientar alunos;
 - III- Consultor: atua auxiliando em determinado assunto, tendo participação eventual, não dispendo de carga horária específica e não podendo orientar alunos.

Parágrafo único - A Coordenação de projetos poderá ser exercida também por docente temporário, pesquisador visitante, recém-doutor ou professor sênior, desde que

haja coincidência temporal entre a vigência do projeto e o vínculo institucional nas referidas categorias mencionadas neste parágrafo.

- Art. 9º Os alunos de graduação regularmente matriculados em cursos da Universidade poderão participar dos projetos como colaboradores graduandos.
- § 1º Nos projetos de pesquisa, os alunos de graduação serão identificados e registrados como colaboradores ou Iniciação Científica, conforme modalidades previstas no Programa de Iniciação Científica (PROIC) criado pela Resolução CEPE no. 191/2002.
- § 2º Os colaboradores graduandos envolvidos em projetos de pesquisa em ensino de graduação, extensão pesquisa ou integrados, serão acompanhados por programas específicos a serem normatizados em resoluções aprovadas pelas respectivas Câmaras e pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.
- § 3º A carga horária cumprida pelos colaboradores graduandos poderá ser computada como Atividade Acadêmica Complementar ou estágio obrigatório, devendo-se para tanto assinalar esta opção nos formulários para participação discente em projetos, disponibilizados pelas Pró-Reitorias, no momento de sua inscrição no projeto.
- § 4º O cômputo de carga horária de participação discente em projetos como Atividade Acadêmica Complementar deverá ser preenchido formulário próprio para aprovação pela Comissão Executiva do Colegiado de Curso, devendo ser entregue a PROGRAD antes do início das atividades.
- § 5º Para o cômputo de carga horária de participação de discente em projetos como estágio obrigatório deverá ser preenchido formulário próprio para aprovação da Coordenação de Estágio e Comissão Executiva do Colegiado de Curso, devendo ser entregue na PROGRAD antes do início das atividades.
- § 6º Caberá à respectiva Pró-Reitoria emitir certificado para a atividade discente em projetos, constando o total de carga horária cumprida e devendo ser mencionado no mesmo, o total de carga horária utilizada para cumprimento da Atividade Acadêmica Complementar e estágio obrigatório, quando for o caso.
- Art. 10 Os alunos de pós-graduação *Lato* ou *Stricto sensu* regularmente matriculados em cursos da Universidade poderão participar de projetos como colaboradores pós-graduandos.
- Art. 11 Os servidores técnico-administrativos poderão compor a equipe do projeto, nas seguintes categorias:
- I- Colaborador: participa no todo ou em parte das atividades, com carga horária; desde que exerçam exclusivamente as atividades pertinentes às funções determinadas no seu cargo de carreira;
 - II- Consultor: atua auxiliando em determinado assunto, tendo participação eventual, sem prejuízo das atividades a ele atribuídas, e não dispendo de carga horária específica.

Parágrafo único - Os servidores técnico-administrativos não poderão coordenar projetos.

- Art. 12 Pessoas não pertencentes ao quadro de servidores da Universidade poderão compor a equipe do projeto, desde que se configure a participação efetiva em parte ou no todo das atividades do mesmo e de conformidade com o disposto no Estatuto e Regimento da Universidade Estadual de Londrina.

Parágrafo único - Pessoas não pertencentes ao quadro de servidores da Universidade não poderão coordenar projetos regidos por esta resolução.

Art. 13 A participação de docentes em projetos coordenados por outras Instituições deverá ser cadastrada na respectiva Pró-Reitoria, mediante apresentação do projeto, comprovação da aprovação pela Instituição coordenadora, preenchimento de formulário específico fornecido pela respectiva Pró-Reitoria e aprovação de carga horária pelo Conselho de Departamento de origem na UEL.

CAPITULO II **ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DOS PROJETOS**

Art. 14 Os projetos de pesquisa em ensino de graduação, extensão, pesquisa e integrados serão elaborados e executados por professores de um ou mais Departamentos ou Centros da Universidade Estadual de Londrina.

Art. 15 Cada projeto deverá conter as seguintes especificações, entre outras julgadas necessárias:

I-IDENTIFICAÇÃO:

- a) título do projeto;
- b) caracterização (pesquisa em ensino de graduação, extensão, pesquisa ou integrado);
- c) participantes com a indicação da qualificação, função e carga horária destinada à atividade;
- d) especificação do(s) órgão(s) envolvido(s);
- e) local de execução;
- f) duração;
- g) fontes de recursos (internas/externa);
- h) para projetos de pesquisa:
 - modalidade de projeto de pesquisa (Científico, Tecnológico, *Stricto sensu*, capacitação ou comunicação de pesquisa);
 - linha(s) de pesquisa à qual(is) o projeto está ligado;
 - grupo de pesquisa ao qual o projeto está ligado.
- i) para projetos de extensão:
 - público alvo;
 - área temática.

II-DETALHAMENTO:

- a) fundamentação teórico-metodológica;
- b) justificativa circunstanciada;
- c) objetivo geral;
- d) procedimentos teórico-metodológicos apresentando metas e etapas, com cronograma e participantes em cada etapa definida;
- e) resultados e contribuições esperadas;
- f) bibliografia básica ou preliminar.
- g) para projetos de extensão: avaliação

§ 1º Os projetos serão elaborados em formulários fornecidos pelas respectivas Pró-Reitorias e com apoio e orientação das mesmas.

- § 2º Os projetos de pesquisa deverão ser elaborados de acordo com as linhas de pesquisa aprovadas pelo Conselho de Departamento ao qual o coordenador do projeto estiver vinculado.
- Art. 16 A execução do projeto será autorizada, após aprovação pelas instâncias previstas:
- I - para projetos de pesquisa em ensino de graduação no artigo 24;
 - II - para projetos de extensão nos artigos 31 e 32;
 - III - para projetos de pesquisa nos artigos 39, 40, 46, 48, 52 ou 59, conforme a modalidade;
 - IV - para projetos integrados nos artigos 60, 61 e 62.
- Art. 17 O prazo máximo para desenvolvimento do projeto será de 36 (trinta e seis) meses, exceto os ligados ao *Stricto-sensu*, aqueles financiados por órgãos públicos ou privados por tempo maior, e projetos de pesquisa em ensino de graduação, cuja finalidade seja avaliação do Projeto Político Pedagógico de Curso de Graduação.
- § 1º Aos projetos propostos com prazos inferiores a 36 (trinta e seis) meses poderá ser concedida prorrogação até que se complete o prazo de 36 (trinta e seis) meses, mediante solicitação do coordenador, a critério das Comissões de Pesquisa, Extensão de Departamentos e Centros ou Comissões executivas dos Colegiados dos Cursos, consubstanciada de:
- a) Justificativa;
 - b) Plano de Trabalho para o período de prorrogação solicitado;
 - c) Pelo menos 1 (uma) disseminação de resultados do projeto;
- § 2º Na ausência de disseminação, devidamente justificada, o solicitante de prorrogação deverá apresentar relatório circunstanciado das atividades realizadas, conforme modelo definido pela respectiva Pró-Reitoria.
- § 3º Ao término do prazo concedido para execução do projeto de pesquisa ou extensão, será obrigatório que a somatória da pontuação da produção em atividades como orientações de iniciação científica, pós-graduação, disseminações em congressos e periódicos, entre outras, apresentadas e vinculadas ao projeto, atinjam:
- I- para projetos de pesquisa: no mínimo 50 % da pontuação equivalente ao item de maior valor da tabela de produtividade elaborada anualmente pelo Comitê Assessor do Programa de Iniciação Científica (PROIC) da UEL para cada área;
 - II- para projetos de extensão: pontuação mínima determinada pela Câmara de Extensão em tabelas de produção aprovada por ela.
- § 4º No caso de projetos já cadastrados em uma das Pró-Reitorias e em execução, que obtiverem posterior financiamento de Órgãos Públicos ou Privados, os prazos válidos para execução e término passarão a ser os estabelecidos no projeto financiado.
- § 5º Casos de comprovada excepcionalidade ao descrito no "caput" deste artigo serão analisados pelas Câmaras de Graduação, Extensão ou Pesquisa.
- § 6º Por excepcionalidade entende-se:
- I- quaisquer intercorrências estruturais ou conjunturais que inviabilizem a consecução do projeto de pesquisa;
 - II- produtividade relevante (o dobro do previsto no art. 17, § 3º), que justifique prorrogação para produção bibliográfica e/ou técnica com previsão de atividades e posterior comprovação;

III- elemento inusitado descoberto no desenvolvimento do Projeto, que justifique complementação não prevista na proposta original.

§ 7º No caso de excepcionalidade previsto no inciso "I" do § 6º deste artigo, os coordenadores de projetos de pesquisa em ensino de graduação, extensão, pesquisa ou integrado deverão comunicar imediatamente, de modo formal, aos órgãos competentes a pronta interrupção das atividades do projeto, as justificativas, o relatório de atividades desenvolvidas até a data da interrupção, observados os seguintes aspectos:

I- À equipe envolvida será assegurada a manutenção dos direitos concedidos em função do projeto, por um prazo de até 6 (seis) meses para apresentação de novo projeto pesquisa em ensino de graduação, extensão, pesquisa ou integrado ou redirecionamento das ações do projeto;

II- Não havendo manifestação do coordenador do projeto no prazo de 6 (seis) meses, caberá a respectiva Pró-Reitoria providenciar o cancelamento do projeto;

III- Casos as intercorrências descritas no inciso "I" do § 6º. deste artigo sejam resolvidas no prazo de seis meses ou após o cancelamento, a reativação do projeto poderá ser solicitada pelo coordenador, ouvidas as respectivas Comissões ou Colegiados de Curso e os Departamentos envolvidos, quanto a atribuição de carga horária.

§ 8º Nas exceções previstas nos incisos "II" ou "III" do § 6 deste artigo, devidamente comprovadas, poder-se-á conceder mais 1 (um) ano de prorrogação.

Art. 18 A apresentação de relatórios anuais de projetos de pesquisa ou integrados será obrigatória apenas nos casos em que qualquer etapa prevista no projeto não puder ser realizada conforme cronograma original, a ponto de comprometer o previsto para o ano.

§ 1º A apresentação de relatórios anuais será obrigatória para projetos de pesquisa em ensino de graduação e extensão, conforme modelos estabelecidos pelas respectivas Pró-Reitorias.

§ 2º A ausência de relatórios anuais nos prazos estabelecidos pelas Pró-Reitorias de Graduação e de Extensão, tornará suspenso o projeto e todos os direitos a ele concedidos até que ocorra sua regularização.

Art. 19 A comprovação da produção estabelecida no § 3º. do art. 17 ou de Relatórios Finais no caso de projetos de pesquisa em ensino de graduação deverá ser feita à respectiva Pró-Reitoria no prazo máximo de 30 (trinta) dias após seu término, tornando o projeto encerrado.

Parágrafo único - A ausência de comprovação da produção para projetos de pesquisa, extensão ou integrados e de relatórios finais no caso de projetos de pesquisa em ensino de graduação, resultará em seu cancelamento e dos direitos a ele concedidos, além de impedimento de participação da equipe em novos projetos, até sua regularização, sendo vedada a reativação de projetos cancelados, exceto quando o cancelamento se der pelo exposto no inciso I do § 6º do art. 17.

Art. 20 Após recebimento da comprovação da produção do projeto de pesquisa, extensão, integrado ou do relatório circunstanciado de projeto de pesquisa em ensino de graduação, as Pró-Reitorias encaminharão o referido material às

- respectivas Comissões de Departamentos e de Centros ou Comissões Executivas dos Colegiados de Graduação envolvidos, para a devida avaliação.
- § 1º A avaliação a que se refere o "caput" deste artigo deverá ser feita mediante:
- I- para projetos de extensão, pesquisa e integrados: verificação da suficiência do cumprimento das metas, etapas, resultados e contribuições de modo claro e inconfundível;
 - II- para projetos de pesquisa em ensino de graduação: apreciação de relatórios anuais e finais circunstanciados observando o cumprimento dos objetivos propostos, de modo claro e inconfundível; contribuição efetiva para o Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação; complementação acadêmica na formação dos estudantes, além de respeitar o que consta do Art. 27 desta Resolução.
- § 2º Após a avaliação referida no "caput" deste artigo, o parecer das Comissões de Departamentos e de Centros e Comissão Executiva dos Colegiados de Cursos deverá ser remetido à respectiva Pró-Reitoria no prazo de 30 (trinta) dias e relatados junto aos Conselhos de Departamento e de Centros ou Comissão Executiva do Colegiado de Curso envolvido.
- § 3º O projeto será considerado concluído somente após pareceres favoráveis das instâncias previstas no caput deste artigo.

CAPITULO III **ALTERAÇÕES EM PROJETOS**

- Art. 21 As alterações processadas durante o desenvolvimento do projeto deverão ser comunicadas imediatamente às respectivas Pró-Reitorias.
- § 1º Constituem alterações a serem informadas:
- I- interrupção do projeto;
 - II- reinício do projeto;
 - III- alterações na participação docente: inclusões, exclusões, afastamento por licenças, substituições, retorno de docentes licenciados, alterações na carga horária, de função no projeto, etc.;
 - IV- alterações na participação discente;
 - V- outras modificações afins.
- § 2º As alterações referidas no "caput" deste artigo deverão ser encaminhadas com justificativa para o referendo dos Conselhos de Departamentos e Centros, quando envolverem inclusão de docentes com carga horária ou aumento carga horária, sendo que o Conselho de Centro poderá delegar ao Conselho de Departamentos esta decisão.
- § 3º O registro da alteração de que trata o "caput" deste artigo, será feito com base na data de recebimento da comunicação não havendo retroação na data de registro.
- § 4º A interrupção do projeto e inclusão de docentes, tramitarão pelas respectivas Comissões de Departamentos e de Centros e Comissão Executiva do Colegiado de Curso das respectivas Câmaras do CEPE, para aprovação.
- § 5º O reinício de projetos, exclusões, substituições, solicitações de afastamentos por licenças ou desligamento voluntário com concordância da coordenação do projeto, diminuição de carga horária, alterações de funções e alterações na participação discente serão protocoladas para as respectivas Pró-Reitorias, que darão ciência às Comissões de Departamentos e de Centros e Comissão Executiva dos Colegiados.

- § 6º Para a inclusão de novos integrantes, exceto nos casos de substituição, deverá ser apresentada proposta de trabalho, com justificativa e descrição de quais etapas do projeto terão a participação do novo integrante, cuja aprovação final caberá à respectiva Câmara do CEPE.

TÍTULO IV

OBJETIVOS E APROVAÇÃO DOS PROJETOS DE PESQUISA EM ENSINO DE GRADUAÇÃO, EXTENSÃO, PESQUISA E INTEGRADOS

CAPÍTULO I

PROJETOS DE PESQUISA EM ENSINO DE GRADUAÇÃO

- Art. 22 Os projetos de pesquisa em ensino de graduação podem ter como objeto:
- I - abordagem de temas não-curriculares de aprofundamento dos estudos disciplinares;
 - II - desenvolvimento de atividades relativas a temas do currículo em que os estudantes encontram dificuldades de aprendizagem;
 - III - criação de bancos de dados, acervos e materiais, avaliação e diagnóstico do desenvolvimento das atividades acadêmicas ou do projeto político-pedagógico de curso.
- Art. 23 São objetivos dos projetos de pesquisa em ensino de graduação:
- I - contribuir para a reflexão crítica e análise das concepções e práticas curriculares;
 - II - propiciar a atualização continuada dos conteúdos e das atividades pedagógicas;
 - III - promover o aprimoramento do conhecimento e dos saberes sistematizados e organizados.
- Art. 24 As propostas de projeto de pesquisa em ensino de graduação tramitarão nas seguintes instâncias:
- I – Comissão(ões) Executiva(s) do(s) Colegiado(s) de Curso de Graduação alvo(s);
 - II – Conselho(s) de Departamento(s);
 - III - Conselho(s) de Centro(s);
 - IV - Relator membro da Câmara de Graduação não-pertencente ao Colegiado de Curso envolvido;
 - V - Câmara de Graduação, para aprovação final.
- § 1º No caso de um projeto de pesquisa em ensino de graduação envolver mais de um Departamento, este será apreciado, inicialmente, no âmbito do Departamento no qual está lotado o Coordenador, ouvidos os demais Conselhos Departamentais envolvidos.
- § 2º Caso o projeto tenha como proponente um colegiado, a proposta será encaminhada a comissão executiva de um outro colegiado da mesma área, indicada pela PROGRAD, para parecer.
- Art. 25 Na avaliação e apreciação dos projetos de pesquisa em ensino de graduação, deverão ser considerados, necessariamente, os seguintes aspectos:
- I- Caracterização conforme o previsto no art. 2º;
 - II- Objetivos conforme o previsto no art. 23;
 - III- Coerência entre procedimentos teórico-metodológicos, metas e etapas, resultados esperados e pertinência bibliográfica;

- IV- Plano de trabalho de cada participante;
- V- Compatibilidade da carga horária com o plano individual de trabalho;
- VI- Viabilidade de execução e demonstração da origem dos recursos necessários para a execução do projeto.

- Art. 26 A avaliação das ações desenvolvidas nos projetos de pesquisa em ensino de graduação será realizada a partir de relatórios circunstanciados ou publicações em periódicos, que deverão conter uma ou mais das seguintes produções:
- I- Interpretações e análises de textos acadêmicos e/ou artísticos produzidos pelos discentes;
 - II- Análise circunstanciada do coordenador do projeto sobre o conteúdo desenvolvido e avaliação das principais dificuldades encontradas, bem como do alcance das propostas desenvolvidas;
 - III- Disponibilização das informações constantes nos bancos de dados e acervos e dos materiais produzidos;
 - IV- Diagnóstico dos problemas detectados e de suas causas e possíveis soluções;
 - V- Avaliação do projeto político-pedagógico indicando as ações positivas, problemas e correções necessárias.

Parágrafo único - É obrigatória a apresentação anual de relatórios parciais circunstanciados comprobatórios da ação desenvolvida.

- Art. 27 Após recebimento dos relatórios parciais e final, a Divisão de Projetos, Estágios e Monitoria da Pró-Reitoria de Graduação enviará os mesmos à Comissão Executiva do Colegiado de Curso de Graduação para a devida apreciação.

Parágrafo único - A apreciação a que se refere o “caput” deste artigo deverá ser feita com base nos seguintes aspectos:

- I- o cumprimento dos objetivos propostos, de modo claro e inconfundível;
- II- contribuição efetiva para o Projeto Político-Pedagógico do curso de graduação;
- III- complementação acadêmica na formação dos estudantes.

- Art. 28 Após a apreciação do relatório final pela Comissão Executiva do Colegiado de Curso de Graduação, o parecer deverá ser enviado à Divisão de Projetos, Estágios e Monitoria da Pró-Reitoria de Graduação no prazo de 30 (trinta) dias.

- Art. 29 O parecer sobre o relatório final deverá ser submetido à apreciação e aprovação da Câmara de Graduação.

CAPÍTULO II **PROJETOS DE EXTENSÃO**

- Art. 30 São objetivos dos projetos de extensão:
- I- articular o ensino e pesquisa às necessidades da sociedade;
 - II- contribuir para a reflexão crítica e análise das concepções e práticas curriculares vigentes;
 - III- possibilitar aos acadêmicos, através da experiência de ações extensionistas, subsídios à prática profissional que contribuam para a formação de sua consciência social e política;
 - IV- estabelecer um fluxo bidirecional entre conhecimento acadêmico e popular, visando a produção e socialização do conhecimento;

V- promover ações de apoio e estímulo à organização, participação e desenvolvimento da sociedade, a partir dos subsídios oriundos de uma convivência crítica e reflexiva com a mesma.

- Art. 31 O mérito dos projetos de extensão será avaliado:
- I- pelas Comissões de Extensão dos Departamentos;
 - II- pelas Comissões de Extensão dos Centros;
 - III- pela Assessoria Científica Externa, quando não atender ao disposto no § 1º do art. 33 desta resolução;
 - IV- pela Câmara de Extensão, que poderá delegar às instâncias anteriores esta avaliação, apenas tomando conhecimento dos projetos aprovados.
- § 1º No caso de um projeto envolver mais de um Departamento, este será apreciado, no âmbito do Conselho de Departamento no qual está lotado o Coordenador, e pelos demais Conselhos Departamentais envolvidos.
- § 2º Após aprovação do mérito do projeto pelas Comissões de Extensão dos Departamentos e Centros o Coordenador de Comissão do Departamento remeterá simultaneamente a documentação da parte científica para a PROEX para seqüência de tramitação, e a documentação referente a carga horária para os Conselhos Departamentais.
- § 3º O Coordenador de Comissão de Extensão do Departamento relatará o projeto analisado em reunião do Conselho de Departamento, para fins de conhecimento.
- § 4º O Coordenador da Comissão de Extensão do Centro relatará o projeto analisado em reunião do Conselho de Centro, para fins de conhecimento.
- Art. 32 Os Conselhos de Departamentos e respectivos Conselhos de Centro deverão se pronunciar sobre a carga horária solicitada para o desenvolvimento do projeto.
- Parágrafo único. Os Conselhos de Centro poderão delegar aos Conselhos de Departamentos a ele afetos a deliberação sobre a carga horária solicitada.
- Art. 33 Após apreciação das Comissões de Departamento e Centro, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os projetos de extensão serão encaminhados a 03 (três) Assessores Externos escolhidos a partir de uma lista elaborada pelas Comissões de Departamento.
- § 1º. O encaminhamento do projeto à Assessoria Externa "ad hoc" será dispensável quando:
- I- o projeto for aprovado com financiamento;
 - II- o projeto for aprovado no mérito por Órgãos Públicos de fomento.
- § 2º. No caso de encaminhamento de projetos à Assessoria Externa, deverão ser observados os critérios estabelecidos em Anexo à presente Resolução.
- Art. 34 Projetos financiados por Órgãos Públicos ou Privados poderão ser cadastrados automaticamente na PROEX, mediante ciência das Comissões de Extensão e Departamentos envolvidos.
- Art. 35 Na análise e apreciação de projetos de extensão pelas Comissões de Extensão de Departamentos e Centros deverão ser considerados, necessariamente, os seguintes aspectos:
- I- caracterização da proposta como projeto de extensão;

- II- coerência entre procedimentos teórico-metodológicos, metas e etapas, resultados esperados e pertinência da bibliografia;
- III- Viabilidade de execução e demonstração da origem dos recursos necessários para execução do projeto.

Art. 36 Os projetos de extensão poderão ser submetidos à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos ou do Comitê de Ética em Experimentação Animal, conforme resoluções CNS - 196/96 e CEPE nº 63/2003 e CEPE/CA nº 66/2004, quando for solicitado pelo coordenador do projeto ou indicado pelas Comissões de Extensão dos Departamentos.

CAPÍTULO III **PROJETOS DE PESQUISA**

Art. 37 Os projetos de pesquisa devem ser entendidos como um conjunto de procedimentos temporalmente situados, com a finalidade de garantir a consecução de pesquisa que contemple a promoção, a atualização, o aprimoramento e produção do conhecimento científico, cultural, artístico e tecnológico.

Art. 38 Os projetos de pesquisa poderão ser classificados nas modalidades:

- I- pesquisa científica, cultural ou artística: quando se tratar de projetos definidos conforme art. 37, excetuando-se os que se enquadrarem numa das modalidades contidas nos incisos II a V deste artigo.
- II- pesquisa com caráter de desenvolvimento tecnológico: quando o projeto definido no art. 37 se caracterizar pela geração de novos produtos ou processos;
- III- pesquisa ligada à programas de pós-graduação *Stricto-sensu*: quando o projeto definido no art. 37 se tratar de dissertação ou tese alunos de programas de pós-graduação *Stricto-sensu* da UEL;
- IV- pesquisa ligada à capacitação: quando o projeto definido no art. 37 tratar de dissertação ou tese, estágio pós-doutoral ou licença sabática, desenvolvidos por docentes da UEL em outra Instituição.
- V- comunicação de pesquisa: quando o projeto definido no art. 37 for comunicado à Instituição de forma rápida e simplificada, não cabendo a esta modalidade quaisquer direitos à equipe proponente.

Parágrafo único – Todas as atividades de pesquisa desenvolvidas por servidores da UEL deverão ser cadastradas na PROPPG e classificadas em uma das modalidades previstas neste artigo.

SEÇÃO I **PROJETOS DE PESQUISA**

Modalidade Pesquisa Científica, Cultural e Artística

Art. 39 O mérito dos projetos de pesquisa na modalidade pesquisa científica, cultural ou artística, será avaliado:

- I- pelas Comissões de Pesquisa dos Departamentos;
- II- pelas Comissões de Pesquisa dos Centros;
- III- pela Assessoria Científica Externa, quando necessário;
- IV- pela Câmara de Pesquisa, que poderá delegar às instâncias anteriores esta avaliação, apenas tomando conhecimento dos projetos aprovados.

- § 1º No caso de um projeto envolver mais de um Departamento, este será apreciado, no âmbito do Conselho de Departamento no qual está lotado o Coordenador, e pelos demais Conselhos Departamentais envolvidos.
- § 2º Após aprovação do mérito do projeto pelas Comissões de Pesquisa dos Departamentos e Centros, o Coordenador de Comissão do Departamento remeterá a documentação da parte científica para a PROPPG, para seqüência de tramitação, e a documentação referente a carga horária para os Conselhos Departamentais.
- § 3º O Coordenador de Comissão de Pesquisa de Departamento relatará o projeto analisado em reunião do Conselho de Departamento, para fins de conhecimento.
- § 4º O Coordenador da Comissão de Pesquisa de Centro relatará o projeto analisado em reunião do Conselho de Centro, para fins de conhecimento.
- Art. 40 Os Conselhos de Departamentos e respectivos Conselhos de Centro deverão se pronunciar sobre a carga horária solicitada para o desenvolvimento do projeto.
- Parágrafo único. Os Conselhos de Centros poderão delegar aos Conselhos de Departamentos a ele afetos a deliberação sobre a carga horária solicitada.
- Art. 41 Após apreciação das Comissões de Departamento e Centro, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os Projetos de Pesquisa serão encaminhados à 03 (três) Assessores Externos escolhidos a partir de uma lista elaborada pelas Comissões de Departamento.
- § 1º. O encaminhamento do projeto à Assessoria Externa "ad hoc" será dispensável quando:
- I- o coordenador do projeto apresentar no seu currículo Lattes dos últimos 3 (três) anos, produção média a ser estabelecida pelas Comissões de Pesquisa de Centros, e pontuada conforme tabela definida anualmente pelo Comitê Assessor do Programa de Iniciação Científica (PROIC)/UEL, sendo que médias e tabelas de pontuação devem ser referendadas pela Câmara de Pesquisa;
 - II- o coordenador do projeto tiver outro projeto em execução financiado por Agências de Fomento Públicas ou Privadas, devidamente cadastrado em uma das Pró-Reitorias em questão;
 - III- o coordenador do projeto estiver na condição de Bolsista Produtividade;
 - IV- o projeto for aprovado no mérito por Órgãos Públicos de fomento.
- § 2º. No caso de encaminhamento de projetos à Assessoria Externa, deverão ser observados os critérios estabelecidos em Anexo à presente Resolução.
- Art. 42 Projetos financiados por Órgãos Públicos ou Privados poderão ser cadastrados automaticamente na PROPPG, mediante ciência das Comissões de Pesquisa e Departamentos envolvidos.
- Art. 43 Na análise e apreciação do mérito pelas Comissões de Pesquisa, deverão ser considerados, necessariamente, os seguintes aspectos:
- I- Caracterização da proposta como projeto de pesquisa;
 - II- Correlação entre as ações do projeto e Linhas de Pesquisa dos Departamentos;
 - III- Coerência entre procedimentos teórico-metodológicos, metas e etapas, resultados esperados e pertinência da bibliografia;

IV- Viabilidade de execução e demonstração da origem dos recursos necessários para execução do projeto.

- Art. 44 Quanto à apreciação dos projetos de pesquisa por Comitês de Ética da UEL a submissão obedecerá as seguintes disposições:
- I- Os projetos de pesquisa que tenham interface com a área da Saúde, definida de conformidade com a tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq/CAPES, que envolvam Seres Humanos como sujeitos de pesquisa, deverão ser submetidos à apreciação do Comitê de Ética em pesquisa envolvendo Seres Humanos, conforme resoluções CNS - 196/96 e CEPE n ° 63/2003, sendo que para as demais áreas, a submissão do projeto ao referido Comitê é optativa, mediante expressa manifestação do responsável pelo projeto.
 - II- Os projetos de pesquisa que envolvam o uso de animais deverão ser submetidos à apreciação do Comitê de Ética em Experimentação Animal conforme resolução CEPE/CA n° 66/2004

SEÇÃO II **PROJETOS DE PESQUISA**

Modalidade Desenvolvimento Tecnológico

- Art. 45 Entende-se por projeto de desenvolvimento tecnológico aquele que se caracteriza pela geração de novos produtos ou processos.
- Art. 46 A elaboração, tramitação, aprovação e acompanhamento dos projetos de desenvolvimento tecnológico serão regidos em conformidade com o Título III - Disposições Comuns e com os artigos 39, 40, 42 e 44 da presente Resolução
- § 1° Considerando a necessidade de proteção dos direitos da Universidade e dos docentes/pesquisadores, quanto aos aspectos de propriedade intelectual, os projetos classificados como “desenvolvimento tecnológico” ficam dispensados de tramitação junto à Assessoria Científica Externa.
- § 2° A classificação do projeto de desenvolvimento tecnológico será indicada pelo proponente e avalizada pela Comissão de Pesquisa do Departamento, ou, na inexistência desta, pela Comissão de Pesquisa do Centro de Estudo que procederá a análise do projeto.
- § 3° O projeto de desenvolvimento tecnológico será considerado concluído pela Comissão de Pesquisa do Departamento, ou, na inexistência desta, pela Comissão de Pesquisa do Centro de Estudos, quando o Relatório Final receber parecer de aprovação quanto ao cumprimento dos objetivos propostos e for constatada a efetiva contribuição tecnológica na geração de novos produtos ou processos.
- Art. 47 Caberá à Divisão de Cadastro e Acompanhamento da Diretoria de Pesquisa, a imediata comunicação de aprovação do projeto de desenvolvimento tecnológico à Divisão de Informação e Transferência de Tecnologia, no que se refere à proteção dos direitos de propriedade sobre produtos ou processos gerados pelo projeto.

SEÇÃO III
PROJETOS DE PESQUISA

Modalidade Projetos Vinculados a Programas de Pós-Graduação “*Stricto Sensu*”

- Art. 48 Os projetos de dissertação ou tese dos programas de pós-graduação *Stricto sensu* da UEL serão cadastrados junto a Diretoria de Pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.
- § 1º Os programas de pós-graduação *Stricto sensu* deverão estar recomendados pela Fundação CAPES/MEC.
- § 2º As categorias de participação em projetos desta modalidade serão:
I- Orientadores;
II- Co-orientadores;
III- Orientados;
IV- Consultores;
V- Colaboradores Graduandos;
VI- Colaboradores Pós-graduandos.
- § 3º Os docentes da UEL que estiverem na condição de Orientadores ou Co-Orientadores de programas de pós-graduação *Stricto sensu* da UEL, poderão orientar Iniciação Científica, solicitar bolsa para esta modalidade disponibilizadas conforme editais do PROIC/UEL, vincular a concessão de TIDE ao projeto e destinar carga horária, caso esta não esteja contemplada junto ao programa de pós-graduação.
- § 4º Aos participantes de projetos de dissertação ou tese na categoria “consultores” será vedada a concessão de regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva - TIDE e de bolsas de iniciação científica.
- § 5º Os projetos de dissertação ou tese vinculados aos programas de pós-graduação *Stricto sensu* deverão ser aprovados pelas respectivas Comissões Coordenadoras dos Programas.
- § 6º Os projetos de dissertação ou tese não tramitarão junto a Assessoria Científica “ad hoc”.
- § 7º Os projetos de dissertação ou tese vinculados aos programas de pós-graduação *Stricto sensu* da UEL que tenham interface com a área da Saúde, definida de conformidade com a tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq/CAPES, que envolvam seres humanos como sujeitos de pesquisa, deverão ser submetidos à apreciação do Comitê de Ética em pesquisa envolvendo seres humanos, conforme resoluções CNS - 196/96 e CEPE n.º 63/2003, sendo que para as demais áreas, a submissão do projeto ao referido Comitê é optativa, mediante expressa manifestação do responsável pelo projeto.
- § 8º Os projetos de dissertação ou tese vinculados aos programas de pós-graduação *Stricto sensu* da UEL que envolvam o uso de animais deverão ser submetidos à apreciação do Comitê de Ética em Experimentação Animal conforme resolução CEPE/CA n.º 66/2004.
- § 9º Projetos de dissertação/tese vinculados a projetos de pesquisa já cadastrados na PROPPG deverão indicar esta situação no formulário de cadastro.

- Art. 49 Para cadastramento os projetos de dissertação ou tese deverão conter os seguintes documentos:
I- cópia do projeto de dissertação ou tese;
II- ficha simplificada de cadastro de projetos de pesquisa fornecida pela Divisão de Cadastro e Acompanhamento da PROPPG;
III- aprovação da Comissão Coordenadora do Curso.
- Art. 50 A coordenação do projeto de dissertação ou tese será exercida pelo orientador, ao qual caberá a responsabilidade de formalização sobre quaisquer alterações que venham a ocorrer no projeto junto à Divisão de Cadastro e Acompanhamento da Diretoria de Pesquisa/PROPPG.
- Parágrafo único - Havendo necessidade e devidamente justificado, o orientador poderá ser substituído pelo co-orientador, devendo a alteração estar aprovada pela Comissão Coordenadora do Programa e pela Câmara de Pós-Graduação.
- Art. 51 A duração máxima e possibilidade de prorrogação dos projetos de dissertações ou teses serão regidas pelo Regulamento Geral do *Stricto sensu*.

SEÇÃO IV
PROJETOS DE PESQUISA
Modalidade Capacitação

- Art. 52 Servidores com licença em tempo parcial ou integral para capacitação, terão seus projetos cadastrados pela Divisão de Capacitação Docente e Técnica (DCDT)/PROPPG por meio de formulários específicos, junto ao Banco de Projetos de Pesquisa da Divisão de Cadastro e Acompanhamento, de acordo com a finalidade da licença:
I- Projetos de Dissertação ou Tese;
II- Estágio Pós-Doutoral; e
III- Semestre Sabático.
- Art. 53 O acompanhamento dos projetos desta modalidade será de competência da DCDT/PROPPG.
- Art. 54 Os docentes da UEL que estiverem na condição de orientandos em programas de pós-graduação *Stricto sensu* de outras instituições, com licença em tempo parcial e com vencimentos, e desenvolverem o projeto de dissertação ou tese na UEL, poderão orientar Iniciação Científica e solicitar bolsa para esta modalidade disponibilizadas conforme editais do Comitê Assessor do Programa de Iniciação Científica - PROIC/UEL.

SEÇÃO V
PROJETOS DE PESQUISA
Modalidade Comunicação de Pesquisa

- Art. 55 A comunicação de pesquisa será cadastrada na PROPPG em formulário padrão e simplificado, contendo apenas informações essenciais, e tem a finalidade de permitir o registro facilitado de atividades de pesquisa desenvolvidas no âmbito da Universidade, de forma que a Instituição tenha conhecimento de todas as atividades de pesquisa desenvolvidas por seus servidores.

Art. 56 A comunicação de pesquisa não dá direito a carga horária, TIDE, bolsas de Iniciação científica, financiamento ou quaisquer outros benefícios previstos para os demais projetos de que trata esta resolução.

Art. 57 A comunicação de pesquisa está dispensada de quaisquer relatórios e obrigações referentes aos outros projetos de que trata esta resolução, exceto as informações referentes a cancelamento, interrupção ou conclusão do projeto.

Parágrafo único - É desejável que a disseminação referente ao projeto seja informada à PROPPG quando da conclusão do projeto.

CAPÍTULO IV **PROJETOS INTEGRADOS**

Art. 58 Os projetos integrados serão encaminhados a Pró-Reitoria de Extensão, à qual caberá a responsabilidade de providenciar a tramitação destes e informar, mensalmente às Pró-Reitorias de Pesquisa e Pós-Graduação/PROPPG e de Ensino de Graduação/PROGRAD sobre os projetos integrados que estiverem vinculados às mesmas.

Art. 59 A análise dos projetos integrados e de seus relatórios será feita em conjunto por:
I- 1(um) membro da Comissão de Pesquisa dos Departamentos envolvidos;
II- 1(um) membro da Comissão de Extensão dos Departamentos envolvidos;
III- 1(um) membro do Colegiado de Curso envolvido.

Parágrafo único – Os projetos integrados que envolverem apenas duas Pró-Reitorias poderão ser analisados, no âmbito departamental, exclusivamente pelos membros das respectivas comissões ou colegiado.

Art. 60 A indicação de Assessoria Científica Externa para os projetos integrados obedecerá a critérios definidos no Art. 41 desta resolução, utilizando os Bancos de Assessores da PROGRAD, PROPPG ou PROEX.

Art. 61 Os projetos integrados serão submetidos aos demais trâmites e critérios de aprovação, acompanhamento, avaliação e conclusão, previstos para projetos de pesquisa e extensão.

Parágrafo único – Os projetos Integrados que envolverem pesquisa, deverão ser submetidos aos Comitês de Ética, conforme disposto no art. 44 desta resolução.

TÍTULO V **RECURSOS FINANCEIROS PARA O PROJETO**

Art. 62 Os pesquisadores poderão concorrer junto aos Editais do FAEPE - UEL - Fundo de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão como alternativa para viabilização de seus projetos.

TITULO VI
DISPOSIÇÕES GERAIS

- Art. 63 Os casos omissos serão resolvidos em primeira instância pelas Comissões Executivas dos Colegiados de Cursos de Graduação, Pesquisa ou Extensão de Departamentos e de Centros, respectivas Câmaras e pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão .
- Art. 64 A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente as Resoluções nºs. 2.802/95, 171/1997, 86/2003, 87/2003, 106/2003, 10/2004 e 90/2004.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, 01 de novembro de 2005.

Prof. Eduardo Di Mauro
Reitor em exercício

Fonte: <http://www.uel.br/proex/?content=legisla.html> . Acesso em 19 de jun de 2012